

Em razão disso quero ler o art. 16 do Regimento Inter-no:

“Art. 16. Os Ministros de Estado e dirigentes de entidades da administração pública, poderão comparecer perante às Comissões, quando devidamente convidados para prestarem informações acerca de assuntos relacionados com a elaboração do projeto da Constituição.”

Então, eu quero propor, ouvido aqui os meus colegas e, se outras Comissões não o fizerem, que esta Comissão convoque o Sr. Ministro da Justiça para os necessários esclarecimentos.

Com a palavra o nobre Relator, Constituinte Paulo Macarini.

O SR. RELATOR (Paulo Macarini) — Apenas para uma ponderação. É no sentido de que essa decisão fosse precedida, não digo de uma interpelação, mas de ouvir do Sr. Ministro Paulo Brossard, se S. Ex.^a confirma o que declarou o que está impresso aí no jornal, para que nós, açodadamente, não venhamos tomar uma posição que, talvez, não reflita a verdade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (José Elias Murad) — Aliás, o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá já respondeu, também, através do mesmo jornal, dizendo que gostaria de interpe-lar o Sr. Ministro a esse respeito. Então, fica de pé a pro-posta aqui feita, complementada pelo Deputado Paulo Ma-carini, e nós, como Presidente da Comissão, vamos mandar um ofício ao Sr. Ministro, solicitando confirmação ou não dessas declarações. Conforme a sua resposta, nós poderemos, então, verificar a oportunidade ou não desta solicita-ção.

Algum dos Srs. deseja se manifestar? (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, nós agrade-cemos a presença de todos e damos por encerrada a reu-nião.

(Encerra-se a reunião às 12 horas e 40 minutos.)

**COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA
EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTES, DA CIÊNCIA
E TECNOLOGIA
E DA COMUNICAÇÃO**

13.^a Reunião (Extraordinária)

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezoito horas e trinta mi-nutos, na Sala de Reunião da Subcomissão, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reuniu-se em caráter ex-traordinário a Subcomissão da Educação, Cultura e Espor-tes, sob a presidência do Senhor Constituinte Hermes Zane-ti, com a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Louremberg Nunes Rocha, Bezerra de Mello, João Calmon, Pedro Canedo, Atila Lira, Sólton Borges dos Reis, Octávio Elísio, José Moura, Paulo Silva, Márcia Kubitschek, Cláudio Ávila, Tadeu França, Florestan Fernandes, Ubiratan Aguiar, Osvaldo Sobrinho, Aécio de Borba, An-tônio de Jesus, Chico Humberto e Gumercindo Milhomem. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, ao de-clarar abertos os trabalhos, convida os representantes das entidades inscritas para fazerem parte da Mesa e apre-sentarem resumo das atividades realizadas na reunião anterior. O Constituinte Sólton Borges dos Reis ao lem-brar qu a reunião da manhã se prolongou demais sugere as mesmas iniciativas que foram tomadas na apresentação dos depoimentos a fim de agilizar os trabalhos desta que ora se inicia. O Senhor Presidente solicita as providências da Secretaria em relação aos convites à Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas — SEAF — que será ou-vida no próximo dia vinte e oito às nove horas. Tomam

seus lugares à Mesa os representantes do Conselho Fe-deral de Educação na pessoa de seu Presidente, Doutor Fernando Gay da Fonseca, o Prof. Osvaldo Giustina, Chefe de Gabinete do Ministro da Educação que respon-de pelo Grupo de Trabalho, Educação e Constituinte do Ministério da Educação e a Professora Gilda Poli Rocha Loures, do Fórum Nacional dos Secretários de Educação. O Senhor Presidente leva ao conhecimento dos convida-dos, as normas para apresentação assim como o tempo que lhes é destinado e aos Senhores Constituintes. Ini-ciado seu depoimento o Professor Osvaldo Giustina afirma não caber ao Ministério constituir “lobby” e que estes cabem à Sociedade. Cita o nome das diversas asso-ciações que têm formado o grupo de trabalhos ligado à educação e que entregará brevemente a esta Subcomissão o pensamento da comunidade educacional no Brasil. Faz um breve relato sobre a aplicação do montante destinado à Educação, sua origem, como deve ser distribuído. Esta-belece relação entre a escola pública e a privada; exten-são da escola fundamental à escola básica; o ensino nos setores específicos da Sociedade, o ensino profissional; os excepcionais e a política a ser adotada nessas questões. Afirma que sessenta por cento dos recursos do Ministério da Educação são revertidos às Universidades e que cinco por cento são canalizados para a merenda escolar e ma-terial didático. Acredita que enquanto o Brasil for cen-tralizado nas suas desigualdades, vai existir a burocracia e que as decisões do Conselho não têm força executória. O Presidente passa a palavra ao representante do Conse-lho Federal de Educação, Doutor Fernando Gay da Fon-seca que agradece a oportunidade de oferecer contribui-ção a esta Subcomissão. Vê a Educação como matéria cons-titucional pelo seu conteúdo sociológico e por ser assunto de tão relevante importância não pode ser analisada ape-nas por educadores. Afirma que o Conselho Federal tem assistido o descumprimento constitucional em relação à transferência dos recursos destinados à escola privada. Acusa a falta de encaminhamento dos planos de carreira do Magistério ao Conselho Federal de Educação. Acredita na necessidade de uma revisão tributária uma vez que a União arrecada e só depois repassa aos Estados. Afirma que a canalização dos recursos ao ensino de primeiro grau deve ser assegurada. Afirma que as instituições edu-cacionais têm vestido uma camisa-de-força e que enca-minhará a esta Subcomissão, dados que serão subsídios à elaboração do texto constitucional. O Senhor Presidente registra a presença do Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, o professor Fábio Vieira Bru-no e passa a palavra a Professora Gilda Poli representante do Fórum Nacional dos Secretários de Educação que ao apresentar suas propostas, oferece aos Senhores Consti-tuintes e ao público presente, os Princípios Educacionais para a Nova Constituição. publicado pelo Conselho Na-cional de Secretários da Educação — Consed. Ao cumpri-mentar os Senhores Constituintes parabenizando-os pelo convite às entidades que se apresentaram no dia de hoje a Professora recorda o compromisso do Fórum e dos Estados com a Educação. Cita a emenda Calmon como sendo a Lei Áurea da Educação. Defende a aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos no magis-tério, ensino público, gratuito, laico mas não ateu. Esco-laridade mínima e obrigatória a partir dos seis anos sem estabelecer limites de idade. Sugere a busca da descen-tralização de responsabilidades para que se possa ga-rantir a qualidade do ensino. Oferta da educação pré-escolar pública e gratuita dos quatro aos seis anos. É a favor do funcionamento autônomo e democrático das Uni-versidades. Afirma que o Estado deve ser co-participante da Educação uma vez que os municípios não podem arcar com todas as responsabilidades do ensino de primeiro grau. Acusa a disparidade entre as Universidades no Brasil ci-tando o exemplo do Sul e a falta das mesmas no Norte e

Nordeste. Afirma ainda, ser evidente que não tenha havido avanço em relação aos recursos. Faz uma avaliação das eleições realizadas nas escolas do Paraná que vieram acelerar e consolidar o processo democrático escolar e que mereceu todo apoio da bancada estadual. Ao terminar sua apresentação afirma que a democracia tem sido revivida. Tece elogios ao Congresso Mineiro de Educação e vê na Constituinte um ponto de partida para as inúmeras mudanças que precisam ser realizadas em termos de Educação. Encerrando o prazo destinado às autoridades, fizeram perguntas sobre o assunto exposto os seguintes Senhores Constituintes: Atila Lira, Octávio Elisio, Ubiratan Aguiar, Louremberg Nunes Rocha, Sólton Borges Reis, Antônio de Jesus, Gumerindo Milhomem, Pedro Canedo, Tadeu França, Oswaldo Sobrinho, João Calmon. O Professor Ernani tem ativa participação nos debates trazendo dados importantes em relação aos recursos destinados às Universidades. O Senhor Presidente anuncia também a presença do Relator-Geral da Comissão Temática Oito, o Constituinte Artur da Távola que, ao integrar a Mesa, procurando uma reflexão conceitual, cita alguns itens dos Princípios Educacionais para a Nova Constituição que merecem algumas considerações ao que a Professora Gilda agradece. Afirma que a isonomia entre as entidades autárquicas e Universidades Públicas não pode ser implantada num curto espaço de tempo e que já estão sendo elaboradas tabelas provisórias. Crê que os entendimentos levarão em breve a um consenso e que o Conselho de reitores e professores têm participado de amplos debates. Finalizando o Senhor Presidente lembra a Secretaria que o Senhor Ministro da Educação ao se apresentar a esta Subcomissão deverá estar esclarecido da necessidade de apresentar dados fundamentais para uma análise mais abrangente sobre os recursos e o percentual mínimo destinados à educação nos três níveis, no próximo dia treze de maio, quarta-feira às nove horas. Às vinte horas e quarenta minutos o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos e convoca os Senhores Constituintes para uma reunião extraordinária dia vinte e sete de abril às dezoito horas, para a definição do calendário das entidades e personalidades a serem ouvidas por esta Subcomissão, cujo teor será publicado na íntegra no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e, para constar, eu, Sergio Augusto Gouvêa Zaramella, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 13.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1987, ÀS 18:30 HORAS. ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE HERMES ZANETI.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Havendo número regimental declaro abertos os trabalhos desta Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte.

Iniciando os trabalhos, gostaríamos de convidar, para integrar a Mesa, o Exmo. Sr. Professor, Dr. Fernando G. da Fonseca, Presidente do Conselho Federal de Educação. Convidamos também a Professora Gilda Poli, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Educação. Gostaríamos de convidar, ainda, o Professor Dr. Oswaldo Della Giustina, que representa o Grupo de Trabalho Educação e Constituinte, no Ministério da Educação.

Neste início de trabalho, temos uma questão que eu gostaria de resolver com os Srs. membros desta Subcomissão. Hoje pela manhã, ouvimos cinco das seis entidades convidadas. Ocorre que o representante da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas — SEAF não pôde estar presente pela informação desconhecida que rece-

beu. Pensou, aquele representante, que o depoimento da sua entidade começasse às 18 horas e 30 minutos. Devem lembrar os Srs. membros desta Subcomissão de que, no primeiro momento, havia a previsão de ouvirmos três entidades pela manhã e três ao final da tarde. Depois, esta Subcomissão decidiu convidar as seis entidades pela manhã e organizar esta reunião extraordinária para o final da tarde. Em função desse desencontro de informações, tendo agora chegado à Subcomissão o representante da SEAF, esta Presidência gostaria de propor à Subcomissão que convidássemos o representante da SEAF para integrar o grupo de entidades que prestariam seus depoimentos no dia 28, ou seja, ouviríamos uma entidade a mais, incluindo aí esta que, por desencontro de informação, não compareceu, hoje, pela manhã.

Consulto os Srs. membros desta Subcomissão se concordam com esta proposição. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Sr. Presidente, peço a palavra.

Hoje, pela manhã, tivemos um trabalho ininterrupto que começou às 8 horas e 30 minutos e terminou às 14 horas e 30 minutos. Agora estamos começando às 19 horas e vamos ouvir três grupos, três representações, três entidades, e V. Ex.ª propõe mais uma. Pergunto — e proponho — se não é o caso de usarmos aquele mesmo processo que foi sugerido pelo nobre Constituinte Octávio Elisio, que teve um resultado mais fecundo e mais econômico. Aproveito a oportunidade também para dizer o que penso, como já disse hoje de manhã, sobre o mecanismo.

É claro que, como homens públicos, temos a obrigatoriedade cívica da transparência, e na área da nossa especialidade específica, que é a educação, estamos sempre dispostos ao debate, onde e quando for oportuno e necessário. Mas acho que nesta reunião, o que nos cabe é ouvirmos; parece-me que a função e o próprio horário nos condiciona a ouvir; estamos aqui para ouvir. Vamos receber luz, não vamos ilustrar os nossos convidados, vamos ser ilustrados e informados por eles.

Acredito que seria recomendável, sem interferir na liberdade de cada um dispensar as preleções aos visitantes e o encaminhamento de debates, porque isto vai resultar oneroso, sob o ponto de vista do tempo, da exaustão e não nos traz nada. Eles não estão aqui para conhecer o nosso pensamento — isto seria outro acontecimento — nós é que vamos nos informar e nos ilustrar e não os nossos visitantes com as nossas informações.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço a manifestação de V. Ex.ª e proponho o seguinte: para aquele conjunto de entidades indígenas está previsto o dia 29; para o dia 30 teremos um elenco de 11 entidades para serem ouvidas; no dia 28 temos apenas seis e a previsão de duas reuniões: pela manhã e à noite.

Por esta razão, parece-nos que a inclusão da SEAF, que não pôde estar presente hoje pela manhã, não criaria problemas e ressalvaria isso que V. Ex.ª lembra com muita razão. Estamos de acordo? (Pausa.) Está aprovado. Ouviremos a SEAF no dia 28. Peço à Secretaria que adote as providências. O horário do dia 28 será chamado para as 9 horas da manhã, em conjunto com as demais entidades.

Por outro lado, acatando também a sugestão do nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis, proporíamos agora à Subcomissão que, neste momento, e até por esta razão tomei a liberdade de chamar as três entidades à Mesa, adotássemos a mecânica de hoje na segunda parte dos nossos trabalhos, ou seja, nos primeiros 30 minutos cada entidade faria a sua exposição por 10 minutos e, a seguir, cada Constituinte faria o seu questionamento por três mi-

nutos, quer fosse uma ou duas ou três entidades. A Mesa consulta também se os Srs. membros dessa Subcomissão concordam com esse procedimento? (Pausa.)

Está aprovado. A partir disto, antes de passar a palavra aos nossos ilustres convidados, tenho o prazer de convidar o relator da Subcomissão n.º 8, Constituinte Artur da Távola, para que nos dê o prazer imenso da sua presença à Mesa, já que, com muita satisfação para nós, pode agora destinar o seu tempo em participar dos trabalhos desta Subcomissão.

Devo esclarecer, também, que o Professor Dr. Oswaldo Della Giustina vai falar em nome do Grupo de Trabalho Educação e Constituinte, do Ministério da Educação e traz uma equipe que constitui essa representação. Combinamos com o Dr. Della Giustina, que as perguntas dos Srs. Constituintes poderão, eventualmente, ser endereçadas a essas pessoas, cujos nomes vamos ler agora e que pertencem aos diferentes campos da atividade, evidentemente, dentro do trabalho desta Subcomissão e dentro da mecânica também já aprovada por esta Subcomissão e, nas respostas, poderá haver intervenção de outras pessoas pertencentes a entidade ou organização convidada.

O Dr. Oswaldo Della Giustina é Chefe de Gabinete do Ministro da Educação, Dr. Jorge Bornhausen; temos também a presença de Emílio Marques, Secretário de Articulação e Estudos de Planejamento do MEC; Ernâni Bayer, Secretário da Educação Superior do MEC; Júlio Fernando Pessoa Correia, Secretário de Educação Básica; Zeli Izabel Ressler, Secretária de Ensino do 2.º Grau; Júlio César, Secretário de Educação Física e Desportos; Pedro Demo, Diretor-Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — INEP; Carlos Roberto Jamil Curi, representante do Comitê de Especialistas da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES; Maria Beatriz Moreira Luci, representante das Associações de Profissionais de Administração da Educação, AMPAE, que já prestou seu depoimento hoje pela manhã; Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues, Secretária Municipal da cidade do Cabo, Pernambuco; Gilda Poli Rocha Loures, representante do Fórum Nacional de Secretarias Estaduais de Educação.

Por decisão desta Subcomissão, a Dra. Gilda Poli vai prestar depoimento não como integrante do grupo, mas pelo fórum; Jacques Rocha Veloso, representante da Associação Nacional de pesquisa e Pós-Graduação em Educação — ANPED, que também terá oportunidade especial de ser ouvido numa outra reunião; Jarbas Novelino Barato, que já esteve aqui, hoje pela manhã, representando a Associação Nacional de Educação — ANDE.

Não sei se estão relacionados todos os membros deste grupo de trabalho aqui presente. Em todo caso, esta Presidência tem a relação dos Srs. membros do grupo, para conhecimento desta subcomissão. Seguramente o Doutor Oswaldo Della Giustina, a quem vamos passar a palavra, poderá dar-nos o esclarecimento de quem está presente e os depoimentos que poderão prestar depois, em resposta às indagações dos Srs. Constituintes, membros desta subcomissão.

Com muito prazer, passamos a palavra, agora, pelo período de 10 minutos, ao Dr. Oswaldo Della Giustina, em nome do Grupo de Trabalho Educação e Constituinte, do Ministério da Educação.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — Sr. Presidente desta Subcomissão, Srs. constituintes:

Inicialmente, cabe-me agradecer o convite feito a este grupo, constituído pelo Ministério da Educação, para estar presente neste debate. O Ministério da Educação, ao

criar este grupo, através da Portaria n.º 728, de 8 de outubro de 1986, na verdade, como eu dizia, na instalação desta subcomissão, não criou de forma alguma um lobby para influenciar na Constituinte, não porque o lobby da sociedade não seja legítimo, mas porque o Ministério da Educação, como órgão de Governo, não lhe cabe conceber lobby de espécie alguma; isto cabe à sociedade. Conseqüentemente, esta era a primeira observação.

O Ministério da Educação criou um grupo de trabalho para subsidiar, naquilo que for possível, os trabalhos da subcomissão e trazer também, na medida do possível, a contribuição de outras instituições que fazem parte da comunidade educacional. Assim é que o grupo de trabalho procurou congregar, quer representantes dos setores do próprio Ministério, como os Secretários das diversas áreas — Secretaria de Ensino Superior de 1.º e 2.º Graus, Secretaria de Educação Física e Desportos; como também agregou representantes de organizações com significativa representatividade dentro da comunidade educacional, tais como: o Fórum de Secretários de Educação, a Anped e a Ande, uma representante de uma Prefeitura Municipal, no caso de Cabo, em Pernambuco, para que os vários setores que constituem a comunidade educacional pudessem estar presentes.

Na verdade, fizemos algumas reuniões e conseguimos coletar, porque esta Portaria diz o seguinte:

“Que se crie um grupo de trabalho para receber e organizar subsídios e contribuições, nos diferentes segmentos da sociedade brasileira, ao tema Educação e Constituinte.”

Então, selecionamos, e deverá chegar às mãos dos Srs. nos próximos 10 dias, um conjunto de contribuições que, mais ou menos, representam o espectro, um perfil do que seja o pensamento da comunidade educacional do Brasil. Vejam que são contribuições diversas, às vezes até contraditórias nas suas posições, nas suas colocações. Temos, neste trabalho que chegará às mãos dos Srs., nos próximos dias, as contribuições da Associação dos Educadores Brasileiros, da Conferência Brasileira da Educação, Carta de cadores Católicos, da Conferência Nacional dos Bispos do Goiânia, do Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino, da Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa da Educação, da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, do Conselho Nacional de Profissionais em Administração da Educação, da Associação Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, da União Nacional de Estudantes, do Conselho Federal de Educação.

Acreditamos que, ao final deste conjunto de trabalhos que chegará às mãos de V. Ex.ªs como constituintes — peço desculpas pela inadequada expressão utilizada — de professor mais do que de parlamentar — V. Ex.ªs terão em mãos um espectro, uma visão do que pensa a sociedade brasileira sobre o problema da Educação. Esses problemas são diversos, neles alguns caem e continuam permanentemente. Eu os cito assim rapidamente: a questão do financiamento da educação, quer referente à origem dos recursos da Educação, quer referente ao quantitativo dos recursos da Educação, quer referente à forma de aplicação dos recursos da Educação. Esta nos parece, pelo conjunto de contribuições, significar um dos pontos essenciais a serem debatidos e consagrados na Nova Carta Magna — a origem, a aplicação e o montante dos recursos da Educação. Porque quase todas as outras posições que também sempre permeiam a questão educacional de cunho ideológico que permeiam muito pela própria natureza da questão educacional, de cunho valorativo, de cunho filosófico, elas são importantes e

significativas; todas elas se viabilizam na medida em que houver recursos disponíveis na sociedade. De onde vêm esses recursos? Quantos devem ser esses recursos? Como devem ser distribuídos esses recursos? Parece-nos que é uma questão que vai surgir das análises que esse trabalho trará a V. Ex.^{as}

Outra questão, evidentemente, também permeia a do ensino público, do ensino gratuito e da iniciativa privada. É uma questão que também, tem, freqüentemente, fundamentos filosóficos, mas, sem dúvida alguma, está profundamente vinculada à questão dos recursos. Se os recursos fossem disponíveis, esta discussão talvez teria um tamanho menor. Na realidade, os recursos escassos, esta discussão sobre quem participa e como se distribui, que dizem respeito, conseqüentemente, à questão da obrigação, do dever de educar e do direito à educação, se torna uma questão proeminente.

As outras são questões específicas. O que relaciona, ou que função educativa tem a questão dos esportes, a questão da educação física? Apenas como função educativa dentro da escola ou como atividade social e cultural que é o desporto mais especificamente, e tais questões devem estar juntas, se devem ser ligadas especificamente à questão educacional ou se separam, na medida em que uma questão é da educação física ou do desporto. A questão que também se torna muito importante, neste mundo em que estamos entrando ou que já entramos e às vezes não entendemos bem, da extensão do significado da educação fundamental e da educação básica. Porque freqüentemente nos preocupamos em ampliar a educação básica, não só ampliar a oportunidade de acesso, de modo que não cheguemos a este terceiro milênio, com esta chaga na era da informática e do analfabetismo.

De modo que estamos levando para lá homens que lidam com a computação e com a informática e homens que não chegaram sequer, ao mínimo das primeiras letras; à extensão efetiva da educação básica a toda a população, o que leva em conta uma questão de prioridade no campo da educação. E a questão também de sua extensão não apenas ou talvez nem tanto principalmente a sua extensão além da oitava série, mas à sua antecipação e no momento em que a criança aos 2 ou 3 anos, mexer com o computador e ser envolvido no mundo das telecomunicações, envolvida em todo o sistema de preparação para a vida, ao qual a escola ainda está fundamentalmente alheia. A questão do ensino em setores específicos da sociedade, quais sejam, por exemplo, o excepcional. Sabemos que, em torno de 10%, a população tem problema de excepcionalidade, física ou mental, ou supra-normal, isto é, além do normal; quer dizer, que política específica, que fontes de recursos podem chegar a esse tipo de questão, e a questão do ensino profissional, evidentemente, num mundo que vai ser cada vez mais competitivo através do trabalho, portanto, através da capacitação das pessoas, para trabalhar.

É termino esta observação, esta série de colocações que surgem como preocupações da comunidade educacional, referindo-me a questão universitária, essa questão que é grave conjuntamente, mas tem uma dimensão muito grande e não só pelas oportunidades de acesso da população, mas também porque, novamente, no mundo do terceiro milênio, a questão, quer do desenvolvimento tecnológico, quer do movimento da ciência, quer da preparação de recursos humanos, para atuar nesse nível, se torna questão de sobrevivência da sociedade.

Esse conjunto de questões, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, serão trazidos neste trabalho que o grupo está realizando. Estão aqui alguns membros do grupo — lamentavelmente, não todos — cujos nomes foram lidos. Mas as

perguntas poderão ser dirigidas a cada um deles e o Ministério se sente honrado em poder trazer esta contribuição, num momento importante da vida Nacional que é o da Nova Constituinte. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Tenho o prazer de passar a palavra ao Presidente do Conselho Federal de Educação, Dr. Fernando Fonseca, que nos fará exposição durante dez minutos, e, depois, permanecerá conosco para o debate.

O SR. FERNANDO FONSECA — Sr. Presidente desta subcomissão, mestre João Calmon — não o chamo de Senador, porque V. Ex.^a tem sido um mestre em educação, a luta pela educação —, Srs. Parlamentares, Sr. Vice-Presidente, Srs. Constituintes:

Venho agradecer a oportunidade oferecida ao Conselho Federal de Educação para apresentar algumas reflexões e algumas preocupações. O Conselho Federal de Educação é um órgão fruto de idéias que germinaram no Império, foram sementeadas no Império, germinaram na República, e se cristalizaram em 1961, depois de 16 anos de debates, para o qual foram convocados todos os segmentos vinculados a área educacional. E depois, no meu entender, ainda hoje é uma expressão da Federação um retrato da União, no Conselho Federal de Educação e por dever legal, estamos sempre pensando, refletindo, pelo menos, nos questionando sobre os problemas educacionais. Quando convocada a Constituinte, o conselho constituiu uma comissão para estudar ou recolher, digamos assim, as contribuições que cada conselheiro pudesse oferecer para submetê-la ao Congresso Nacional, à Constituinte, a fim de que pudessem servir, não como decisão, mas como reflexão. E ocorrem-me vários questionamentos: o primeiro deles é o problema do tratamento da educação, primeiramente como matéria constitucional; em segundo, como objeto da política de Governo, pois o dinamismo do Estado tem levado a que em diferentes momentos políticos da vida da Nação, vem a educação recebendo tratamento diferenciado, na teoria e na prática educacional. E aqui, nós vamos encontrar já um primeiro problema: como será definida a fisionomia da Federação? Hoje, pela Constituição, a Federação, no meu entender, é uma ficção jurídica. Porque não adianta a autonomia dos Estados ser concedida pelo texto constitucional, se recursos não lhe forem atribuídos para exercerem essa autonomia. E aqui eu me recordo de uma frase do Presidente da Tanzânia, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, falando sobre "Sociedades Políticas de Direito Público": "De que nos adianta a independência política se não nos derem a possibilidade de sermos independentes, por que não temos recursos econômicos"?

Ao elaborarmos um texto constitucional sobre educação, e se venha a deferir aos Estados responsabilidades é preciso que esses Estados sejam realmente Estados federados e não sócios de uma massa falida, para que possam administrar aquilo que a Constituição lhes defere.

E para que isso seja feito existem, no entanto, três critérios, dentre os quais as Constituições podem optar ao selecionar o que deva ser objeto de prescrição em matéria constitucional: primeiro, a Constituição pode omitir-se, situando a educação no campo dos poderes residuais; segundo, pode atribuir, expressa e exclusivamente, à determinada categoria de Governo, a competência em matéria educacional; terceira, e, finalmente, optar pela competência concorrente em que a União e os Estados-membros recebam atribuições específicas e conjugadas em matéria de educação. É uma opção que prioritariamente deve ser feita, antes de tratar da matéria de educação propriamente dada a definição de direitos.

Assim, muitas Constituições silenciam quanto à educação. A dos Estados Unidos da América, por exemplo, sintonizada com a doutrina dos poderes residuais num regime federativo, pela Emenda n.º 10, dispõe que os poderes não delegados aos Estados Unidos, pela Constituição, nem por esta proibido aos Estados, são reservados, respectivamente, aos Estados e ao povo.

Pela Constituição da Suíça, a soberania dos Cantões vai até onde não seja limitada. Pela Constituição Federal e por soberanos, os Cantões exercem todos os direitos que não são delegados ao Poder Federal. Diga-se de passagem que toda a vez que o governo quis ali ampliar sua jurisdição, em matéria de educação, constitucionalizando-a, foi vencido pelo direito consuetudinário.

No caso brasileiro, a tradição é que foi vitoriosa, desde a Constituição de 1891, o princípio, a prática e a competência concorrente, trata a educação como conteúdo constitucional. E me parece, hoje, não devemos fugir à tradição do Direito Constitucional Brasileiro. Assim, nossa Constituição fala na educação, e no debate atual que já se trava sobre a Constituinte, a educação é tema obrigatório e capaz de inflamar os auditórios.

Ao especular sobre o conteúdo provável e desejado na próxima Carta Magna, é apropriado aqui rever-se o próprio conteúdo de Constituição, que é um ordenamento jurídico fundamental, estabelecido à luz da estrutura política e social da comunidade. Conseqüentemente, ao definir-se o que se quer de Constituição, parece-me que, prioritariamente, tem que se sintonizar isto com uma definição de Brasil. A Constituição deve definir primeiro o Brasil, dar-lhe os adjetivos, dar-lhe a fisionomia que os Srs., como representantes do povo brasileiro, expressando a vontade da Nação, irão realizar. Por seu conteúdo sociológico — perdoe-me o Professor Florestan Fernandes, cujos livros, mais de uma vez folhee para aprender a entrar na área da Sociologia — econômica e filosófica, a Carta que a Constituinte irá gerar há de ser uma contribuição de compromisso entre as várias tendências dos grupos sociais que compõem a sociedade pluralista brasileira; será uma Carta, no meu entender, com ambição de perenidade, sem o conteúdo de perpetuidade, onde as divergências converjam sem maniqueísmo e sem radicalismo, abrindo espaço ao diálogo e ao consenso, apaziguando a contenda, a disputa, estruturando, em conseqüência, um Estado moderno, democrático, progressista, justo e tolerante com ambigüidade.

Vou passar algumas idéias concretas, porque o meu querido Constituinte Zaneti, Presidente desta subcomissão, já me avisou que estou ultrapassando o limite do tempo.

Parece-me que o fundamental é definir o conteúdo do direito à educação e do dever do Estado. Há uma contrapartida do dever do Estado em relação ao direito. E eu diria mais: temos que tomar consciência de que o País, a Nação ainda não assumiu o desafio da educação nacional. Muitas vezes, quixotes, como o Constituinte João Calmon, na opinião de alguns, andam sozinho, cutucando, despertando a consciência nacional. Eu diria mais, se me perdoassem, parafraseando Xerxes: "Acho que a educação é um assunto muito sério para ser resolvido somente pelos educadores. Acho que a Nação inteira deve ser convocada, a Nação inteira deve ser mobilizada". Pediria a V. Ex.^{as}, na área da educação, na elaboração do texto constitucional, vamos fazê-la enxuta, seca, mas firme para que não precise sofrer plásticas mutiladoras.

Muito obrigado e desculpem-me. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — A primeira coisa que vamos pedir ao Prof. Fernando da Fonseca, Presidente do Conselho Federal de Educação é que faça chegar toda a contribuição de que é capaz — sei que é

muito grande — a esta Subcomissão, especialmente para que o nosso relator possa ter esse material na preparação do relatório, o que será de muita utilidade.

Quero também justificar ao meu conterrâneo e amigo, eminente Prof. Fernando da Fonseca, que uma das missões espinhosas da Presidência é controlar o tempo, porque todos estamos submetidos ao Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Com prazer, passamos a palavra, agora, à Prof.^a Dra. Gilda Poli Loures, que fala e mnome do Fórum Nacional dos Secretários de Educação.

A SRA. GILDA POLI LOURES — Em primeiro lugar, eu gostaria de externar os meus cumprimentos aos Constituintes, que fazem parte desta Subcomissão, pela feliz idéia de convidar os representantes da sociedade civil e, no caso, o Fórum, ou melhor, o Conselho Nacional de secretários de educação que representa o Governo, porque tudo que se falou aqui, hoje, de manhã, através das entidades é fruto já de um debate nacional.

Ao cumprimentá-los, quero dizer o que vamos expor como fruto dos debates do Fórum, do Conselho Nacional de Secretários de Educação. Temos a colaboração, hoje de alguns Constituintes, Prof. Ubiratan, agora Constituinte; Prof. Otávio Elísio, Prof. Átila, pessoas, para nosso prazer, hoje Constituintes, que colaboraram com este trabalho, o qual temos a honra de apresentar.

É importante, na exposição que começamos a fazer, que seja lembrado, o Conselho de Secretário de Educação que representa o Governo e no entanto, as suas posições coincidem em muitos pontos, em quase todos, com as representações da sociedade civil que hoje pela manhã fizeram as suas apresentações. Vou me ater, especificamente nesses pontos, porque eu considero isto vital para os constituintes sentirem como a Nação está pensando sobre a educação. Este documento é fruto de um Governo que assumiu — quando ainda tínhamos no Brasil uma ditadura e o compromisso do Governo Central não era absolutamente com o povo — o compromisso dos Estados que já era com o povo. Por isso, conseguimos aglutinar-nos, secretários de educação dos mais diferentes partidos políticos, porque o nosso compromisso era um só, com o povo, e era preciso puxássemos o carro-chefe da democratização deste País, que passava necessariamente pela educação.

Temos como primeiro ponto e agradecemos ao Congresso e ao Senador, aqui presente, João Calmon, e aos representantes das entidades educacionais no Congresso, pela Lei Aurea da Educação, que foi a conquista da famosa Emenda Calmon. Nós não podemos e não devemos permitir que haja um regresso nesta Constituição e que se tire desta conquista, outra conquista. Nós estamos unidos com as entidades civis e os secretários também estão unidos sobre o problema da aposentadoria especial para o professor aos 25 anos, e também o problema da carreira de professor ter um salário digno a nível nacional. Os secretários de educação defendem essas posições, como defendem, neste documento que terei o prazer de entregá-lo aos Srs. em seguida, o ensino público gratuito não concecional. Quando dizemos não concecional, estamos somando as entidades civis que falam no ensino laico, mas não ateu. Nós nos somamos também às preocupações de garantir a todos uma escolaridade mínima e obrigatória, estamos propondo uma escolaridade mínima e obrigatória de 9 anos, a partir dos 6 anos de idade e que ela se estenda de forma progressiva, sem fixação de idade limite para a sua conclusão. Aqui nós nos somamos à proposta da ANDE, quando fica preocupada com aquela questão daqueles que não puderam, na idade da Constituição atual, frequentar as escolas.

Nós também nos preocupamos com os meios necessários ao ensino fundamental para todos. Portanto, é uma preocupação com o acesso e a permanência na escola; nós nos preocupamos em que os recursos públicos destinados ao ensino sejam aplicados nas escolas criadas, mantidas e administradas pela União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, o que traduzindo, significa recursos públicos para a escola pública; preocupamo-nos, como Governo, com a definição da carreira do magistério, acho que isso já ficou claro; preocupamo-nos ainda com o problema da descentralização, e isso foi crucial para nós, secretários de educação, porque sentimos — e aqui nos somamos à preocupação do Conselho Federal — o desrespeito à Federação neste País. Quando se fazia um discurso de descentralização, no entanto, se descentralizava muito mais, com uma conexão direta, desconhecendo a figura do Estado. Só apoiamos a descentralização na medida em que o princípio da Federação estiver respeitado; na medida em que houver uma política nacional de educação, assegurando a busca de unidade de objetivos; e a medida em que houver descentralização de responsabilidades com descentralização de recursos; e o Estado, juntamente com seus Municípios é que deve discutir quais os que têm condições de assumir, garantindo a qualidade de ensino, nesta descentralização e municipalização do primeiro grau. Porque ela não significa apenas recursos, mas significa, principalmente, recursos humanos para responder por essa descentralização.

Nós, secretários, também nos preocupamos e nos somamos à Antea, que falou hoje cedo quando temos necessidade de o poder público garantir à sociedade civil a participação no planejamento, controle e execução da política educacional em todos os níveis, federal, estadual e municipal, através de organismos democraticamente constituídos. E ainda achamos que a Constituição deve estar preocupada em que o estado tenha o dever de garantir progressivamente — porque sabemos a situação caótica em que está o País — estendendo progressivamente a oferta da educação pré-escolar, pública e gratuita, a todas as crianças de 4 a 6 anos. Sempre, não esquecendo que compete à União estabelecer uma política de educação integrada para a infância, ligada a esta política nacional de educação.

A democratização das universidades e das instituições públicas do ensino superior e de pesquisa devem estar garantidas, através do funcionamento autônomo e democrático e integrado ao processo de elaboração da política de ciência e tecnologia do nosso País.

No final, propomos que a União aplicará, para a felicidade do Calmon, do nosso Senador Constituinte — permita-me a intimidade — a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25% dos respectivos orçamentos fiscais, e não exclusivamente de impostos.

Esta é, em resumo, a proposta do Conselho Nacional de Secretários de Educação que, volto a repetir, significou um esforço e análise profunda das questões educacionais que nós, Secretários de Educação, vivemos e principalmente dos emperramentos que sentimos na hora das propostas democráticas e que não podemos prescindir do apoio da sociedade civil, através das suas entidades organizadas. E consideramos que não podemos prescindir do apoio dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Constituintes, aos quais confiamos os destinos e a luta da Educação, articulada com as Comissões de Orçamento e articulada com as definições do Estado Brasileiro. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos o depoimento prestado pela Dr.^a Gilda Poli e, desde logo, passamos aos debates, lembrando aos eminentes consti-

tuintes, membros desta subcomissão, que dispõem do tempo de três minutos para o questionamento e que ele pode ser feito a um dos depoentes ou a todos, enfim, naquele critério que já combinamos pela manhã. O primeiro Constituinte Atila Lira tem a palavra.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA — Aqui temos vários parlamentares que tiveram experiência recente, em termos da administração da educação, e todos nós sabemos que não foi uma experiência muito agradável, sobretudo porque aprendemos o que não se deve fazer. Gostaria de saber do Prof. Oswaldo Della Giustina o que o grupo ligado ao ministério pensa a respeito do financiamento à educação e pensa também em termos de modificação, em termos de descentralização e mesmo municipalização. Nessa mesma pergunta, eu gostaria de saber da nossa amiga Gilda, inclusive como ela vê essa questão da municipalização. A mesma pergunta eu faço para ambos para termos uma idéia dos enfoques. E outra, se o professor poderia nos dar uma idéia dessa questão de aplicação de recursos públicos no setor privado, não a questão orçamentária, mas justamente um balanço mais preciso de dados anteriores, de balanços anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra o Prof. Oswaldo Della Giustina.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — Muito obrigado. Perguntamos se algum dos membros do grupo deseja especificamente se manifestar. Creio que temos cinco minutos para a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Queria lembrar que o constituinte tem, segundo o Regimento, três minutos para perguntar e o convidado três minutos para responder.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — O grupo tem posições divergentes sobre cada uma das questões, porque o grupo não procura chegar a uma posição unânime; ele quer trazer à Constituinte a posição dos vários segmentos da sociedade. Mas, de modo geral, pela leitura dos documentos, há, primeiro, uma questão de preocupação com a descentralização. A questão da descentralização que envolve não só a transferência de recursos, mas a natureza do recurso. O recurso é municipal; o recurso é estadual, é mais do que federal? Enquanto permanecer essa idéia de que a União é a dona e transfere o recurso para lá, ela sempre ficará com aquilo que é o poder fundamentalmente, e a descentralização se torna uma ilusão.

Então, há uma preocupação do grupo — e V. Ex.^{as} verão isto nos diversos documentos relativamente à questão — até implicações dessa descentralização.

Em relação aos recursos do Ministério da Educação: primeiro, os sistemas de 1.º e 2.º graus são estaduais. Dos recursos do Ministério da Educação, em torno de 60% do Orçamento do Ministério da Educação, são transferidos para as universidades, para o ensino superior. Aliás, em torno de 60% creio que 90% para a manutenção do ensino federal, seguramente menos de 10% para a manutenção de ensinos de outros graus. Vocês terão também esses números detalhados, e uma das preocupações do grupo é oferecer todo esse material. Resta pouco de transferências do Ministério da Educação, isto é, da União para os estados e municípios, resta muito pouco. Portanto, resta muito pouco, percentualmente, para o ensino de 1.º e 2.º graus, porquanto os menos de 20% que restam são também em grande parte gastos na própria manutenção dos serviços da educação.

Chamo a atenção da importância que têm os programas sociais do Ministério da Educação que não seriam educação, mas, em face das condições de miserabilidade

do País, é a questão da merenda escolar que soma também significativos recursos, em torno de 5%, em material didático — é a questão do livro didático. Se somarmos essas parcelas, praticamente esgotaremos o Orçamento do Ministério da Educação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Com a palavra a Prof.^a Gilda Poli Loures.

A SRA. GILDA POLI LOURES — O Conselho Nacional de Secretários de Educação é muito claro no problema da municipalização, ou da descentralização. Este só pode existir, desde que respeitado o princípio federativo, a não ser que a Constituição resolva estabelecer uma nova ordem para este País. Se permanecer o princípio da federação, teremos que garantir que o estado seja co-participante dessa descentralização; temos que garantir não apenas responsabilidade mas, principalmente, recursos. E, volto a afirmar, recursos que garantam a execução de uma política nacional de educação e salários dignos para os professores. Principalmente que esta municipalização ou descentralização, ou seja, o município assumir o ensino de 1.º grau, se ele possuir pessoal qualificado para fazê-lo, senão não é possível e iremos perder em qualidade de ensino.

Venho de um Estado do Sul do Brasil, e já dizia o meu ex-colega de secretaria, o Ubiratan, não é o Nordeste, porque no Nordeste as condições são muito piores; só podemos aceitar esta municipalização se isso ocorrer. O que não pode ocorrer é o que se passa hoje. A União centraliza todos os recursos, distribui 90% desses recursos para a manutenção das escolas federais, quer de 3.º ou de 2.º grau, destina 10% para a manutenção da máquina administrativa federal com duplicação de serviços absurdos, mantendo representações dos estados que são absolutamente desnecessárias. Vou citar aqui, porque tenho denunciado sempre, e é preciso que fique registrado, as Demec são desnecessárias, então, ou existe Demec, ou não existiria a Secretaria de Educação, porque o serviço que a Demec faz as universidades federais também podem fazer.

Temos também as representações FAE, as chamadas Refaes, que não precisam absolutamente existir. Entendemos que, no momento, o País precisa realmente fazer paternalismo na distribuição de alimentos, porque ainda não tivemos coragem de dar ao povo brasileiro um salário digno que fizesse a escola voltar a ser local da procriação do saber, e não o hospital e o refeitório. Enquanto nós não recuperarmos para o povo brasileiro a sua dignidade de povo brasileiro, a sua dignidade de ser humano, nós teremos, realmente, de fazer o paternalismo.

Mas, espero que a Constituinte — confio em que isso aconteça — seja o ponto de partida, porque não vamos fazer milagre com a Constituição, mas será o ponto de partida da dignidade, da recuperação da dignidade do povo brasileiro. Entendo que é preciso que isso ocorra para que haja a descentralização.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Com a palavra o Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Prezado Presidente, Srs. Constituintes:

Sou daqueles Constituintes que tiveram o privilégio de conviver com Gilda, durante três anos, como Secretário de Educação, e ouvir dela, sempre, não apenas as informações e os ensinamentos de sua experiência, mas, acima de tudo, a sua coragem e a sua determinação, nas discussões das questões da educação. Como companheiro dela, quero, acima de tudo, resaltar aqui, o grande valor do trabalho que Gilda desenvolveu na Secretaria de Educação do Paraná, uns deles ressaltados aqui, hoje, pelo nosso

colega Constituinte do aPraná, a respeito da eleição de diretores de escolas. E quero dizer que o documento que ela traz do atual Conselho Nacional de Secretários da Educação, que nós ainda temos o vício de chamar de **forum**, foi fruto de um longo amadurecimento que eu subscrevo, e que será, evidentemente, para mim, como tenho certeza que será para os Constituintes Átila e para o Ubiratan, um documento de luta dentro da Constituinte.

Tenho uma pergunta ao Presidente do Conselho Federal de Educação, que é especificamente sobre como o Conselho refletiu ou vem refletindo o seu papel dentro de um novo contexto constitucional e jurídico do País, onde o Congresso veja resgatadas as suas prerrogativas. O Conselho Federal como órgão normativo, convivendo com um Congresso Nacional que assuma as suas prerrogativas de órgão legislador, de órgão de discussão da política educacional, neste País? Como o Conselho Federal vê a questão da sua relação com os Conselhos Estaduais de Educação? E, finalmente, o problema da sua composição. Se o Conselho Federal de Educação tem alguma discussão já feita sobre a eventualidade de que esse Conselho tenha uma representatividade em termos de segmento da sociedade e do Magistério na sua composição?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Dr. Fernando Fonseca.

O SR. FERNANDO FONSECA — Agradeço ao nobre Constituinte Octávio Elísio a oportunidade que me dá, especialmente para poder falar do Conselho. V. Ex.^a sabe que o Conselho Federal de Educação — eu já disse de início — começou a germinar em 1846, foi amadurecendo no Império e se cristalizou na República, até que a Constituição de 1946, desencadeou o processo, ao determinar a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fruto de um congresso livre e independente, no uso e gozo de suas prerrogativas constitucionais. Assim, em 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases e se definiu a constituição do conselho que, no meu entender, é uma representatividade da Nação e da própria Confederação Brasileira, que se exige que o Conselho seja integrado, tanto quanto possível, por representantes de todas as Unidades federadas, de todos os segmentos de Educação. Hoje, o Conselho é integrado, praticamente, de 90% de professores de ensino superior público, com o restante de professores ou do 1.º e 2.º graus públicos. Há pequena representação do ensino particular no Conselho Federal de Educação. Mais do que isso, Srs. Constituintes, eu diria as V. Ex.^{as} que somos frutos dos legisladores e nos atemos aos termos inscritos daquilo que a lei nos determina, não extrapolamos a vontade do legislador e, sim, interpretamos a vontade do legislador. A normatividade do Conselho é na aplicabilidade da norma jurídica, e não na elaboração da norma jurídica. E as nossas decisões não têm força executória, elas adquirem força executória pela homologação do Ministro de Estado. Nós as submetemos ao Ministro e só na homologação de S. Ex.^a, é que se adquire executoriedade, aquela colaboração do Conselho, podendo ser expedida a resolução respectiva. Estamos, realmente, submissos à lei, voltados à lei e dependentes da lei.

Quanto à eventual reformulação da Lei de Diretrizes e Bases, conseqüentemente implica no Conselho. Toda lei é dinâmica, porque responde a um questionamento da realidade social num certo e determinado espaço, num certo e determinado tempo. As leis têm que responder às angústias e aos anseios da Nação e, conseqüentemente, a própria fisionomia da constituição do Conselho deverá prender-se às exigências de tempo e espaço. Já esgotei o meu tempo e não sei se respondi a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Quero registrar a presença do Presidente do Conselho Nacional de

Secretários de Educação, Professor Fábio Vieira Bruno e convidá-lo a participar da Mesa dos trabalhos. Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Sr. Presidente, permita-me, que, inicialmente, a exemplo do que os Constituintes Atila Lira e Octávio Elisio já fizeram, também possa trazer aqui a minha homenagem, a minha admiração e por que não dizer, o carinho com que eu e a Gilda estamos nos revendo, depois dos Encontros dos debates travados em favor da Educação brasileira.

Sr. Presidente, gostaria de endereçar algumas perguntas que vão diretamente ao grupo de trabalho instituído pelo Ministério da Educação e Cultura e ao Conselho Federal de Educação. Por intermédio da Gilda, já conheço bem de perto as posições não só do Conselho Nacional, mas gostaríamos de começar por uma palavra, dita aqui pela Gilda, quando afirmou que esta Comissão deverá manter íntima ligação com as outras Comissões, com aquela que trata da destinação dos recursos orçamentários, da descentralização desses recursos. Mesmo porque assistimos ao Ministério determinar, baixar normas, para serem aplicadas pelos Municípios e Estados quando, realmente, o próprio Ministério esquece da aplicação das normas a que está submetido. Defendo até o Plano de Carreira do Ministério; que ele pague aquele piso salarial ao Magistério, piso que é insignificante, cujos recursos não aparecem e esses Municípios e Estados se vêem a braços com tais dificuldades.

Diante dessa colocação, dessa posição do Ministério de Educação, pergunto de que forma o grupo de trabalho tem visto o problema do plano de carreira para o Magistério nos 3 graus, de forma a que se atente para essas peculiaridades de recursos que enfrentam municípios e estados? A União, como vê o problema do plano de carreira para o 3.º grau, agora mesmo mergulhado numa profunda crise, em uma greve que já ultrapassa 30 dias pelos miseráveis salários pagos àqueles que têm a responsabilidade maior pela educação na universidade brasileira.

Também gostaria de perguntar, porque foi assunto amplamente debatido aqui; como o Ministério nos fala da transparência do seu orçamento, no que diz respeito à aplicação dos recursos do Sistema de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. O pensamento é bem assim: o montante dos recursos são destinados à escola particular e ao Conselho Federal de Educação? Pergunto: como o Conselho Federal, com órgão que examina os planos e os projetos do Ministério da Educação, tem visto, tem assistido ao descumprimento do preceito constitucional que assegura ao ensino fundamental a prioridade na destinação dos recursos, quando há uma inversão, no próprio Ministério, na destinação desses recursos? O primeiro grau é quem fica, praticamente, com a menor fatia?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao Dr. Oswaldo Della Giustina.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — Como eu disse, eu não represento o Ministério da Educação nesta condição.

O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELISIO — De certo é como um grupo de trabalho.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — V. Ex.^{as} tenham isto bem em mente: eu apenas coordeno um grupo heterogêneo sobre educação, quer dizer, conscientemente heterogêneo. O grupo não tem fechadas posições a respeito, como eu disse, posições contraditórias. A nossa preocupação, ou melhor, a preocupação do grupo é trazer ao maior número de segmentos da sociedade, a possibilidade de fazer sentir o seu posicionamento sobre essas questões. Especificamente, nós temos o Secretário da

SESU que poderá dar uma resposta específica, sobre como está sendo tratada a questão da Carreira do Magistério nas Universidades. Não sei se alguém ligado à educação ou ao INEP pode dar alguma informação, ou a Ampae, talvez, sobre a questão das Carreiras do Magistério em outros níveis.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Temos mais dois minutos disponíveis. Pediríamos, por gentileza, usassem os microfones, porque o trabalho está sendo gravado.

O SR. ERNANI BAYER — Já existe nas fundações federais e, agora, pela lei da isonomia votada há pouco no Congresso Nacional, passa a existir um plano único de cargos e salários, um Plano de Carreira de Magistério único para o ensino superior federal. Este plano está começando a ser constituído agora, e a lei determina que em 90 dias ele deve ser implantado. É uma providência que está sendo adotada, agora, pelo Ministério da Educação com a participação inclusive de todos os segmentos da comunidade universitária.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — Só concluindo e complementando, em relação à distribuição dos recursos — é o que eu falei — o ministério tem, e procura cumprir, fundamental e constitucionalmente, sua obrigação legal de manter o ensino público. Por isto, sem dúvida alguma, a quase totalidade dos recursos que ele transfere são para a manutenção do ensino público. Em relação às universidades na área particular, não deve ter chegado a 3% do orçamento do ministério, como contribuições a algumas instituições e no mais quase são transferências para os municípios e transferências para os estados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Prof. Fernando Fonseca.

O SR. FERNANDO FONSECA — Devo dizer, com certa tristeza, que esses planos não estão sendo submetidos ao conselho. Nós os desconhecemos especificamente e nos últimos anos, os planos não foram encaminhados ao conselho. Mas, nem por isso o ministério e os poderes públicos deixaram de sentir os nossos gemidos e os nossos sussurros nos Encontros do Conselho Federal com os conselhos estaduais e com as próprias universidades, e a nossa reclamação constante, da necessidade de se dar ênfase à integração, à hominização do homem brasileiro, através da educação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — O próximo orador é o Constituinte Louremberg Nunes Rocha.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Presidente, eu gostaria de dirigir minha indagação ao Presidente do Conselho Federal de Educação. Foi tocado, muito bem aqui, que o Brasil tem, por tradição, uma competência concorrente em matéria de educação, envolvendo aí a União, os estados e os municípios. Evidentemente que, quando se fala em educação como matéria constitucional, nós não temos como fugir ao seu enquadramento com a parte de distribuição de recursos e com o próprio sentido de Federação.

A partir daí, entra esta grande discussão de hoje, sobre a descentralização dos recursos, não ainda da educação, mas dos tributos de modo geral, o que traz em si um perigo muito grande, que é o do estabelecimento de um fosso entre os estados mais pobres e os estados mais ricos, se levado a termos, como se coloca às vezes.

Gostaria de saber, de registrar a opinião do Presidente do Conselho Nacional de Educação, com a sua larga experiência, na qualidade de membro de um órgão normativo e que por isso não está envolvido na execução,

mas tem a capacidade de avaliar a execução que se faz, como é que veria ou que proposta teria, não para o montante dos recursos da educação, mas para quantos seriam esses montantes — porque não dependeria evidentemente daí, mas da ordem constitucional — e o que entenderia como ideal daqueles recursos alocados à educação, se fosse feita a sua distribuição? Como é que deveria ser feita a distribuição? Mantido o quadro de hoje em que a União, por exemplo, dá mais de 60% à universidade e relega o 1.º grau a uma posição de quase menosprezo, porque tem o dobro das séries e tem 10 ou 20 vezes o número de população escolar? Gostaria de ver, de saber, para registrar, como é que o Sr. como Presidente com a sua larga experiência, vê a maneira ideal para que seja feita esta distribuição de recursos a partir do novo texto Constitucional?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao Dr. Fernando da Fonseca.

O SR. FERNANDO FONSECA — Ilustre senador, entendendo o que foi colocado no texto constitucional pela Emenda Calmon, chamada de Lei Áurea da Educação, é suficiente. Não creio seja necessário alocar um maior número de recursos ou percentuais. O problema brasileiro não é o problema de quanto, é o problema de aplicação desses recursos.

Entendo, no entanto, que no artigo constitucional em que se determina que a União aplique um percentual x na educação, seja assegurada a prioridade para o 1.º grau, porque estamos verificando, neste País, que, apesar de toda ufanía de que estamos vencendo o analfabetismo, existem Estados e unidades da Federação ainda com 47% de analfabetos. Acho que a União deveria além dos 13% fixados pelo texto constitucional, ou se for ampliado, a juízo de V. Ex.^{as}, dar prioridade a esse percentual na aplicação de recursos para a alfabetização, e à integração do homem brasileiro que está marginalizado do processo de desenvolvimento nacional.

De outra parte, eu esposo totalmente a tese da Dra. Gilda Poli, quando fala em centralização. Acho que deve ficar a critério dos Estados a municipalização do ensino de 1.º grau, dando prioridade a recursos, mas recursos no sentido amplo, não só recursos financeiros, mas recursos humanos e que o Estado avaliasse qual o município ou quais os municípios que têm condições de assumir o primeiro grau. E que esses municípios não tivessem recursos suficientes teriam, supletivamente, auxílio do percentual que ao Estado é assegurado, e do percentual que à União é assegurado. Seria uma idéia, seria uma sugestão dentro dessa área. Acho que é imprescindível, no entanto, senador, V. Ex.^a tocou com muita propriedade na revisão tributária. Quais os recursos que irão para o Estado? Quais os recursos que irão para o município? Julgo que, talvez seja o vício de ter passado também pelo Senado da República e entendo que uma coisa muito importante não é só alocar recursos, mas é a forma de carrear esses recursos, a forma de receber esses recursos. Porque, hoje, o dinheiro público faz uma porção de voltas para depois chegar ao seu destinatário último. É a União que arrecada e depois devolve ao Estado já com uma defasagem enorme e com o serviço de arrecadação, que é muito custoso e que onera por demais o próprio tributo arrecadado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Só devo transmitir o sentimento que me pareceu — acredito — unânime, na comissão, no momento em que, por provocação do Constituinte Florestan Fernandes, aqui se fez uma reflexão sobre o grave problema do analfabetismo no Brasil. Não me pareceu, nobre Presidente do Conselho Federal de Educação, que, pelo menos nesta Comissão, houvesse um sentimento de ufanismo, no sentido

de que estejamos vencendo o analfabetismo no Brasil. O que eu senti, nesta Comissão, pelo contrário, foi o sentimento de frustração, de derrota e o ímpeto de buscar-se, através do debate, a fim de que se possa fazer nascer, através deste processo constituinte, um caminho para vencer o grave desafio do analfabetismo.

Queria só passar a V. Ex.^a — se não me trai aqui o sentimento — o que aprendi de um rápido debate que se processou aqui nesta Comissão, e tenho certeza se repetirá e se aprofundará.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Não tive a felicidade de pertencer a um Fórum, ou Conselho de Secretários de Educação, mas tive a oportunidade de ser Secretário de Educação. Por isso, a questão que vou colocar, não visa nem remotamente responsabilizar o Secretário da Educação, nos últimos tempos, pelas dificuldades que serão argüidas.

A questão que ponho é para refletirmos juntos e buscarmos o "X" do problema. Se as posições do Conselho de Secretários de Educação coincidem com as reivindicações da sociedade brasileira, por que não as fortificaram na prática, se eram Governo? Depende de uma outra Constituição?

Ora, se os prefeitos de 95% dos 4.030 municípios brasileiros sempre foram eleitos diretamente pelo povo, e principalmente se os Secretários de Educação integram os Governos estaduais que, a partir de 1982, foram eleitos diretamente pelo povo, e se já contavam com a Lei Calmon — porque antes não se contava com ela, pois de 67 a 81 não havia Lei Calmon — como conciliar, já que nós constatamos que poderíamos discutir a qualidade do ensino, a decadência? Mas se nós não temos a educação que poderíamos ter como conciliar essa decadência que está se acelerando e não parou nesse período. Com essas considerações, porque o ensino de 1.º grau que é a escola do povo, é a base, é o alicerce, embora não conte com os recursos dos demais — aliás, desde 1834 o ato adicional da Regência estava a cargo das províncias, hoje Estados — será que uma reforma tributária ajudaria a explicar? Isso é para a Dra. Gilda Poli. Para o Dr. Oswaldo Della Giustina eu perguntaria: se a parafernália da administração brasileira, principalmente da educação, em que os órgãos-meios sofrem um elefantismo e os órgãos fins não contam nem com serventes para a escola não poderia ser modificada? Porque a Dra. Gilda teve um mérito aqui, quase que inédito, e seria bom que a ouvissemos. Ela se pronunciou, corajosa, objetiva e diretamente sobre a sobrevivência de órgãos que muitos de nós consideramos dispensáveis, como o Demec, sucursais do Mobral, com a nova denominação. Eram essas as perguntas.

Pergunto ao Presidente do Conselho, ex-Senador, Professor Fernando Fonseca se, para a descentralização, não seria bom tirar essa camisa-de-força, a Lei de Diretrizes e Bases, em que o MEC manda em tudo, não sustenta nada e determina até como deve ser uma escola, como deve ser o professor, como é a recuperação. Não há recuperação, mas ele não mantém nada, e se aqui estivesse uma professora de Cabo Verde — município do Nordeste —, iria dizer como é o ensino ali.

Estas são as questões.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — A professora de Cabo Verde não está, mas o Coordenador do grupo irá transmitir e nós gostaríamos de receber por escrito, a contribuição daquela representante.

Concedo a palavra, com muito prazer, à Professora Gilda Poli.

A SRA. GILDA POLI LOURES — Primeiro, quero cumprimentar o Constituinte que está me arguindo, pela sutileza das suas perguntas. Só que, veja bem, nós discordamos quando diz que se as nossas propostas coincidem com as da sociedade civil, por que não foram praticadas? Foram sim! O processo de democratização aconteceu e é claro que não acontece por decreto, porque é um processo, é um aprendizado da sociedade brasileira como um todo. E a nossa democracia, absolutamente, não está instalada, ela está sendo revivida e reorganizada pela prática de todos nós, mas, muitas coisas aconteceram em todos os Estados. Vou me permitir citar, por exemplo, o Congresso Mineiro de Educação que culminou com a criação dos chamados Conselhos das Escolas e isso é um processo de democratização.

No Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Educação sendo aberto a entidades representativas, onde por exemplo, os estudantes do 3.º grau têm a sua representação. Os professores, através da sua Associação, têm a sua representação garantida. Existe um decreto do Governo, depois uma lei, para eleições diretas nas escolas e para eleições proporcionais com a participação de pais, professores e alunos do 3.º grau. Então, caminhou mas, depois, não poderia caminhar milagrosamente, porque, como eu disse no começo da exposição, tudo nos emperrava. Quero fazer uma correção, se me permitem: a Lei Calmom, a Emenda Calmom, depois dispositivo constitucional, não é de 81, mas final de 83, início de 84, levou 1 ano para ser regulamentada e ainda não atende às nossas necessidades.

Gostaria que V. Ex.^a, por favor, repetisse a respeito do seguinte: se os prefeitos foram sempre eleitos diretamente pelo povo, como conciliar? Perdi essa parte.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Os prefeitos, ou melhor, 95% deles foram sempre eleitos pelo povo. E os Secretários, depois de 82, integraram governos eleitos pelo povo. A minha pergunta centra-se em que depende mais do Executivo do que da lei — este é o sentido da minha pergunta e não dos atuais ou quaisquer Secretários, fossem quais fossem, geniais que fossem. Tanto que V. S.^a acaba de mostrar que, com a mesma lei, foi possível fazer progresso. Então, depende muito mais do Governo do que da lei.

A SRA. GILDA POLI LOURES — Sim. Então, seria como conciliar? É isso que se procurou fazer; exatamente criar dentro da estrutura vigente, forma de abrir a escola, de liberar a criatividade e de melhorar as condições de ensino. Agora, há de se convir que isso é todo um exercício de criatividade e de muita discussão, em que se enseja a participação a luta, e **forum**, depois o Conselho de Secretários muito contribuiu para isso, mas é evidente que com instrumentos legais na mão essa luta seria facilitada, e é neste sentido, nós não vemos a Constituinte como um milagre, mas como um ponto de partida de mudanças. Como também não vemos a escola sozinha, fora do contexto social. A escola reflete a sociedade contraditória, pobre, miserável que nós temos hoje, e ela por si só não provoca mudanças, ela é uma das alavancas da mudança social.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Dr. Oswaldo Della Giustina.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — Evidentemente, acredito que o grupo em si não discutiu a questão da elephantíase da máquina governamental, que é real, nós a conhecemos. Acredito que, pessoalmente, posso colocar uma questão referente a isso. Parece-me que a questão é de conceito. Tive o prazer de receber um cartão do Constituinte Florestan Fernandes, cujos livros tanto me ajudaram nas minhas velhas aulas de Sociologia, em que ele me agradecia um pequeno livro verde chamado "Proposta

Constitucional para uma nova Sociedade". Atenho-me a conceitos que me parecem devam estar na Constituição. E faço até de forma exagerada; evidentemente, é pouca prática, mas para fixar parâmetros e horizontes conceituais para novas concepções que têm que ser incluídas. E, dentro dessa linha, de colocar num horizonte muito longo e conceitual, eu propunha neste livreto que o Brasil pudesse ser redefinido, porque nós sempre começamos a definir o Brasil por cima, pela federação ou pelo federal, nem sequer pelo federativo, e podíamos dizer que o Brasil podia se definir como um conjunto de comunidades, politicamente organizadas em municípios, formando Estados cujo conjunto forma-se a União, a Federação, cuja união forma a Federação. Por que não começar a definir? Porque todas as coisas começam no homem, na comunidade, e daí sobe. Eu acho que, enquanto nós não começarmos a mudar certos conceitos — eu colocava inclusive neste mesmo livreto a proposta de que a União se apropriasse dos recursos da sociedade, através de autorização do Senado, como um **forum** avançado dos Estados e Municípios, porque os recursos são de lá. Acredito que enquanto nós tivermos um Brasil centralizado, teremos que ter mecanismos depois dessa adequação para evitar os problemas das desigualdades, nesta questão conjuntural em que esse Brasil é tão desigual, teríamos que encontrar mecanismos para isso; mas, na verdade, enquanto nós mantivermos tudo centralizado, a máquina, o elefante, irão existir sempre. Você vai sempre criar a burocracia, a tecnoburocracia, vai encontrar o fiscal do fiscal, Você vai encontrar o que toma decisões em nome do País. Esse é um dos horizontes conceituais, que, como eu digo, não foram colocados pelo grupo, ao menos nestes termos, nem pelo Ministério; são posições pessoais uma vez que a pergunta me foi feita nesta condição.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Professor Fernando Fonseca com a palavra.

O SR. FERNANDO FONSECA — Antes de me dirigir ao meu caro companheiro e amigo de tantos anos, Constituinte Sólton Borges, queria dizer ao Sr. Presidente que, quando falei em ufanismo, quis referir-me a que exatamente eu sintonizava com o pensamento que sabia ser desta comissão, que eu não ficava na linha daqueles ufanistas, mas na linha realista, que eu já conhecia desta comissão. E quis me agregar, modestamente, a essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Em nome da comissão, agradeço; é uma agregação importante.

O SR. FERNANDO FONSECA — E quanto ao Constituinte Sólton Borges, eu gostaria de rapidamente dizer que não posso responder pela área executiva da educação, mas acho que, muitas vezes, o que ocorre não é que os órgãos públicos coloquem "camisa-de-força"; são as instituições que a vestem, porque não sabem andar sozinhas; então, elas vestem "camisa-de-força", exatamente, por exemplo, e que tenho visto muitas críticas eventuais ao Conselho Federal de Educação, de que ele determina demais, se intromete demais, quando na realidade não ocorre. No estabelecer um **curriculum** mínimo, muitas vezes as instituições são as que pedem que, junto a isso se ofereça um elenco de matérias, com conteúdos, com subsídios. E realmente, o uso do cachimbo deixa a boca torta. E muitas vezes o conselho, ao elaborar um currículo mínimo, que teve o sentido de unidade nacional, não de imposição para a uniformidade, implica também no programa e no conteúdo; mas não como obrigatório, porém como sugestão para aqueles que eventualmente não saibam como aplicar. E isso estamos corrigindo na área do conselho.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex.^a Concedo a palavra ao Constituinte Gumerindo Milhomem.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM — Antes de mais nada, gostaria de ter possibilidade de chamar a atenção dos meus colegas desta comissão, desta subcomissão para o seguinte: em que pesem as diferenças que possam existir entre as entidades representativas de diversos setores da educação e as Secretarias de Educação, eu gostaria que prestássemos muita atenção especialmente naqueles pontos que foram aqui apontados pela Dr.^a Gilda Polí Loures, como coincidentes entre o Conselho dos Secretários de Educação, as entidades representativas, especialmente as do magistério, a Associação dos Docentes, que estava aqui hoje pela manhã, e a Confederação dos Professores do Brasil, que ainda virá, e sei que apontará alguns desses itens aqui abordados.

Em segundo lugar, que os problemas da educação, como foi lembrado, aqui, se não forem resolvidos exclusivamente pelos educadores, nos remete também, acredito, à constatação de que a resolução dos problemas da educação está ligada à resolução de outros problemas sociais. E aí também queria chamar mais uma vez a atenção ao fato de que foi sugerido que esta comissão trabalhe em conjunto com outras comissões. E se a sociedade, as entidades e o Fórum dos Secretários estão exigentes com relação a diversos problemas que foram aqui apontados, acho que teremos de nos debruçar também na discussão da possibilidade do atendimento da resolução dessas questões enfrentando problemas outros como, por exemplo, o da dívida externa que, sem dúvida alguma, tem transformado o Brasil em um exportador de capitais, quando tanto necessitamos desse capital para promoção do nosso desenvolvimento. E sobre a questão dos recursos, vou me permitir insistir numa tecla abordada hoje, pela manhã, e como nós teremos, à noite, representantes de outras esferas, das esferas ligadas ao Governo, ao Poder, eu gostaria de ouvir — também já advertido de que não representa o Ministério da Educação — o Dr. Oswaldo Della Giustina, que sem dúvida alguma, terá uma contribuição a nos oferecer na avaliação da matéria. Hoje pela manhã, nós nos deparamos com uma dificuldade: as informações eram imprecisas com relação à destinação dos recursos; chegou-se a falar em 60, 70, ou até 80%, diferencial bastante grande na destinação dos recursos para a universidade, os recursos da escala federal, da área federal. Mas também foi dita alguma coisa que eu considero bastante mais grave. É que, antes da Emenda Calmon, as verbas destinadas à universidade eram superiores às verbas destinadas após a Emenda Calmon, que já foi aqui a Lei Aurea da Educação, porque elevou o Orçamento do Ministério da Educação para um dos Orçamentos mais altos do País. Diminuíram as verbas das universidades, foi mencionado aqui também o fato de que apenas 2% das verbas são destinadas para o ensino particular, o que motivou, inclusive, um constituinte ligado à área do ensino particular, a dizer que nem advoga a destinação dos recursos para a área do ensino particular. Então, nós nos deparamos aqui com um problema: para onde estão indo esses recursos?

Era uma indagação que eu fazia especialmente ao Dr. Oswaldo Della Giustina, mas gostaria que o Presidente consultasse os outros membros da Mesa, se alguns deles também não gostaria de nos oferecer alguma pista para a resolução desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Considerando a exposição feita, a Presidência insta a que as entidades, órgãos aqui representados possam prestar o seu depoimento e as informações que tiverem sobre esta indagação. Mas eu aditaria a essa colocação do Constituinte Gumerindo Milhomed, no sentido de que hoje, pela manhã, também decidimos que, com o auxílio do Constituinte Gumerindo e outros constituintes, nós arrolaríamos essa série de indagações, especificamente sobre a questão orça-

mentária, percentuais, verbas, destinações, no sentido de que, no dia 13 de maio, que é uma data também histórica, quando tivermos aqui a presença de S. Ex.^a o Sr. Ministro da Educação, pudesse ele já estar com o devido tempo avisado da expectativa desta subcomissão em relação a depoimento acerca desse assunto.

De modo que, fica aberta a possibilidade, agora, das respostas ao questionamento apresentado pelo Constituinte Gumerindo. Fica também colocado, desde já, que está aqui a assessoria do Sr. ministro, que poderá levar officiosamente esta informação a S. Ex.^a já que, no momento oportuno, será oficialmente encaminhado.

Concedo a palavra ao nobre convidado Oswaldo Della Giustina. Quero só alertar os nossos convidados para o fato de que esta Presidência sempre anuncia quem vai usar da palavra, porque os trabalhos estão sendo gravados e pretendemos vê-los publicados nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — Vou fazer um resumo do que tenho a dizer e, depois, darei a palavra ao Secretário de Ensino Superior, que poderá detalhar. Evidentemente, uma das finalidades do grupo, além de dar oportunidade ao maior número possível de inscrições, é trazer a sua posição à Constituinte, coisa que está sendo impressa neste momento; é também fornecer dados à comissão. De modo que a comissão, efetivamente, poderá solicitar ao grupo dados e, à medida em que conseguirmos chegar a eles, eles chegarão aqui. Creio que também é importante que algumas perguntas sejam feitas com antecedência, porquanto, sabedores de que dispúnhamos de três minutos, não via como fazer uma grande explanação. Parece que não chegam a 60% os recursos do nível superior. Tenho aqui, de toda forma, e leio rapidamente alguns grandes itens de como foram aplicados, no ano passado, os recursos na área de educação. Na verdade, de um orçamento realizado da ordem de 35 bilhões de cruzados, em torno de 18 milhões e 200 mil foram para o ensino superior, de modo geral, o que não chega a dar 60%; fica em cinquenta e poucos por cento. No planejamento governamental, temos para o ensino de 1.º grau, 11 milhões; ensino de 2.º grau, dois milhões e quatrocentos; depois, Educação Física e Desportos, 59 milhões, portanto inexpressiva. Os outros são itens quase inexpressivos. O que chama a atenção é que são exatamente os recursos do 1.º grau — o que responde à grande distorção a que se referiu a Prof.^a Gilda — com os quais estamos quase só fazendo assistência social do que dando educação. Este é um problema muito sério. A quem cabe a responsabilidade de transformar esta miséria do País? Os recursos foram basicamente para o Programa de Livro Didático e para a Merenda Escolar, dos 11 milhões transferidos para o 1.º grau. Mas eu gostaria que o Prof. Ernâni, se possível, desse alguma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Eu gostaria de pedir que apertasse um botão que há na frente do microfone, para que pudéssemos ouvi-lo melhor. Muito obrigado. Pode repetir, por gentileza, Prof. Ernâni Bayer.

O SR. ERNANI BAYER — Gostaria apenas de esclarecer que não é verdadeira essa afirmação de que não aumentaram os recursos para as universidades nos últimos anos. Aliás, no último ano, pudemos afirmar que houve um aumento, embora não ainda considerável, evidentemente, um aumento constatado inclusive por documentos, realizado por especialistas da Universidade Federal de Minas Gerais, que fazem com que a universidade, nas dotações de outros custeios de capital, quer dizer, na manutenção das universidades, passem a ter o mesmo valor atribuído no melhor dos anos 80, que foi 1981.

Houve uma redução percentual do número de matrículas nas universidades oficiais, comparativamente com as universidades particulares, enquanto houve, com a aprovação da Emenda João Calmon, um aumento percentual de recursos.

O SR. ERNANI BAYER — O que estou afirmando é que houve um aumento substancial de recursos das universidades federais no Orçamento do Ministério da Educação de 1985, para 1986. Esse percentual cresceu 1.9, quer dizer, de 8.6 para 10.5. E é exatamente com essa suplementação que o Ministério está oferecendo às universidades que pretendemos manter o aumento percentual verificado no período 85/86.

Com relação às matrículas, é um problema que já vem de longos anos. Evidentemente, a expansão do setor público não tem ocorrido exatamente na mesma proporção em que tem havido no setor privado do ensino superior. Agora, isso não significa a alocação de recursos ao setor privado. Essa alocação de recursos ao setor privado de nível superior é insignificante em termos de Ministério da Educação. Essas instituições são mantidas ou por anuidades escolares dos próprios alunos ou, em alguns casos, pelos Estados e pelos próprios municípios.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado ao Professor Ernani Bayer, e aproveitaremos para lembrar ao Constituinte Gumercindo Milhomem, esperamos que possa esmiuçar esse questionamento, e tenhamos a resposta através de S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Educação.

Passo a palavra ao Sr. Constituinte Fernando da Fonseca.

O SR. FERNANDO DA FONSECA — Muito obrigado pela promoção a constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Não é a primeira vez que esta Presidência comete o lapso de chamar os depoentes de constituintes? Mas quero dizer que já esclarecemos devidamente a esta subcomissão, com a concordância da subcomissão, de que neste momento em que aqui comparecem para prestar esse depoimento, na verdade, são constituintes à medida em que aqui comparecem oficialmente, trazendo também a sua contribuição.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO DA FONSECA — Sr. Presidente, eu gostaria simplesmente, num minuto, de responder ao constituinte, dizendo que sua curiosidade também é a do Conselho Federal de Educação. Tanto assim é que há dois ou três anos nós implantamos um plano de avaliação do ensino superior no Brasil e, infelizmente, temos prognósticos, mas ainda não temos diagnósticos, inclusive de custos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Com a palavra a Professora Gilda Polli.

A SRA. GILDA POLLI LOURER — É apenas uma contribuição no seguinte sentido. O que está errada é a forma com que o orçamento é feito, porque da forma com que é feito muita coisa fica escondida, não fica clara. Por exemplo, existe no orçamento uma rubrica, projetos especiais, ninguém sabe para onde vão esses recursos. Então, o que nós precisamos, na realidade, é clarear, é tornar público o orçamento que eu chamaria participativo, é um orçamento muito claro, um debate muito claro do orçamento e o controle orçamentário para ver essas rubricas, o que significam e como elas são destinadas. Porque se nós formos verificar por setor, realmente dá 2%, 3%; mas e nesses projetos especiais? O que acontece, quem sabe? Eu também não sei e tenho curiosidade em saber. Eu só levanto a questão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado à Professora Gilda.

Concedo a palavra ao Constituinte Pedro Canedo.

O SR. CONSTITUINTE PEDRO CANEDO — Sr. Presidente, Sras. e Srs. constituintes, Srs. depoentes, a minha intervenção se prende a uma preocupação muito grande que esta subcomissão tem, com relação à situação atual dos professores da rede universitária do nosso País. E foi falado aqui por um constituinte e, posteriormente, pelo Dr. Oswaldo Della Giustina que o Professor Ernani Bayer, Secretário do Ensino Superior pudesse, inclusive, expor o desenvolvimento dos trabalhos que foram reiniciados, a partir desta manhã, entre as entidades representativas e o Ministério da Educação. Um segundo ponto: eu indago da Professora Gilda Polli da sua experiência com relação à instituição das eleições nas escolas de 1.º e 2.º graus no Estado do Paraná, por ela implantadas. Se essa experiência tem contribuído decisivamente para a democratização nas escolas, enfim, a opinião da senhora a respeito deste tema.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. A presidência consulta o Professor Ernani Bayer se concorda em prestar as informações solicitadas. Nós agradecemos a V. Ex.^a e passamos-lhe a palavra.

O SR. ERNANI BAYER — Nós queríamos inicialmente dizer que não houve, em momento algum, rompimento de diálogo entre a comunidade universitária, entre os segmentos representativos da comunidade universitária e o Ministério da Educação. O que houve, realmente, foram posições divergentes em termos de propostas que foram apresentadas, propostas essas que, evidentemente, são difíceis de ser equacionadas em pouco tempo, em função exatamente da lei aprovada pelo Congresso Nacional, da elaboração de um novo plano de cargos e salários e, por isso mesmo, difícil de ser implantado em tão pouco tempo. A greve se caracterizou num momento, inclusive, em que havia essa oportunidade de votação da lei da isonomia, já que tinha havido anteriormente uma isonomia entre as fundações universitárias federais e esta lei veio, exatamente, com o objetivo de equiparar as universidades autárquicas às fundacionais. Por isso, quero afirmar que não houve esse rompimento de diálogo, o que houve foi, evidentemente, posições divergentes pelas associações docentes e de funcionários, em relação à proposta do Ministério da Educação que passou a ser uma proposta em aberto, e não mais uma proposta fixando determinados limites porque, exatamente, ela não tinha sido aceita pelas instituições. Então, a nota do Ministro da Educação foi muito clara, no sentido de que no seu item IV se abria a oportunidade de uma discussão ampla a respeito do novo plano de cargos e salários. E é isso que está sendo feito. Evidentemente que nós não vamos implantar um plano em poucos dias. Mas com a retomada desses entendimentos, inclusive, acho que com o apoio, inclusive, parlamentar que foi prestado ontem ao próprio Ministério da Educação, no sentido de que se chegasse a uma conclusão o mais rápido possível, nós estamos elaborando tabelas provisórias para efeito de chegarmos a um entendimento e terminarmos a greve, para podermos trabalhar tranqüilamente na elaboração do plano e na implantação do plano definitivo.

Creio que os entendimentos estão chegando a um bom nível, a uma solução que acredito, no princípio da próxima semana, nós chegaremos a apresentar e o acompanhamento permanente das associações docentes e também da federação dos funcionários, dos servidores das universidades e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras que também está permanentemente em todas essas reuniões. Hoje passamos o dia inteiro discutindo essas propostas, e eu acredito que nós vamos chegar a um bom texto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Eu agradeço as informações prestadas pelo Professor Ernâni Bayer, e quero reafirmar aqui o pronunciamento que fizemos da tribuna, hoje, e também feito aqui pela manhã, já há aqui todo o staff de S. Ex.^{as} o Sr. Ministro da Educação, Quero reafirmar a satisfação que teve esta Subcomissão ao ver que S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Educação, ontem embora tivesse sua agenda totalmente tomada, abriu um espaço para receber os membros desta Subcomissão, acompanhado de outros Srs. Constituintes, e a partir daí, depois de um diálogo franco e construtivo, poder acelerar os entendimentos e agora as informações que nos dão a indicação de que este diálogo prossegue no sentido de que se ponha fim à crise da universidade brasileira, no sentido imediato da greve, e que se encontre o caminho dessa solução. Nós agradecemos as informações e em nome desta Subcomissão também fazemos votos de que possam chegar a este entendimento rapidamente, atendendo também às aspirações da comunidade universitária.

Eu tenho o prazer de passar a palavra agora à Professora Gilda Poli.

A SRA. GILDA POLI LOURER — Uma avaliação muito rápida do que foi a implantação das eleições nas escolas de 1.º e 2.º graus do Paraná. Em primeiro lugar em nenhum momento, isoladamente, isto democratiza a escola, ela é apenas mais uma das questões que se coloca para que o processo de democratização do País se perpetue, se faça e se consolide. Nesse sentido, eu considero vitoriosa esta experiência, tão vitoriosa que teve o apoio de toda banca estadual do Paraná e com repercussão na bancada federal que apoiou também a medida, tanto é que a lei de eleição direta nas escolas foi proposta de um Deputado Estadual, porque num primeiro momento a eleição foi por lista tríplice, no primeiro ano de Governo; dois anos depois é que ela se tornou direta através de uma lei, com o apoio dos Deputados. E ela é vantajosa porque é um dos pontos da democratização, e também porque é um elemento a mais de exercício, de reflexão, do que seja a responsabilidade do voto e, principalmente, a co-participação de quem vota, e do compromisso do votante e do votado entre si. Tanto é, que há alguns depoimentos de alunos e de professores muito interessantes que dizem: “Erramos ao votar, não era isto o que nós queríamos e que julgávamos, temos que revisar”. E muitos outros que cobram: “Não foi isto o que você nos prometeu, nos enganou. Nós queremos uma revisão”. E o debate dentro das escolas que isso propicia.

Ora, se desde de cedo a comunidade das escolas começa a debater e começa a fazer essa reflexão, tanto melhor será a qualidade do seu voto e a escolha que farão dos futuros representantes em assembleias e em governo de um modo geral. Sobre este aspecto, considero plenamente vitoriosa a experiência, o que não significa que ela não deva continuar sendo discutida e analisada, e já está sendo estudada, inclusive, num projeto da Secretaria de Educação do Paraná com a Universidade Federal do Paraná, um projeto de pesquisa sobre os resultados, os benefícios ou não deste processo. Uma pesquisa financiada pela própria Secretaria que se questiona a todo momento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Constituinte Tadeu França.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Os nossos cumprimentos ao Dr. Fernando, ao Dr. Oswaldo, a nossa saudação à Professora Gilda Poli, do nosso Paraná. E nós gostaríamos, se possível, que numa próxima oportunidade estivesse aqui a Professora Gilda Poli Lourer para repre-

sentar, em detalhes, essa experiência de democratização na escola, em função de uma experiência que nós entendemos que deverá ser válida para todo o País.

Nós estamos, pelas colocações feitas pelos Srs., vivendo cada vez mais, também, um caos em nossa mente, por parâmetros que até mesmo nós desconhecíamos. Sobre a questão orçamentária, nós gostaríamos de saber as opiniões de V. S.^{as} sobre a necessidade que, para nós, parece cada vez mais inadiável, e a exemplo daquilo que foi apresentado, e foi realizado no Paraná, e que também no Conselho Federal de Educação passasse a haver a representação acadêmica e a representação de entidades educacionais. Em nossa avaliação é necessária a participação desses representantes, na própria elaboração dos orçamentos, voltados para a Educação, porque estamos chegando à conclusão de que não podemos aumentar pura e simplesmente os percentuais, quando o maior percentual vai para o 3.º grau e não satisfaz, um pequeno percentual vai para escola particular, absolutamente sem satisfazer. Então, nós precisamos criar um plano de percentuais dessa esfera global da União para os vários níveis de ensino. Gostaríamos também de saber o seguinte: Qual é o critério para que a União assuma as responsabilidades pelo ensino de 3.º grau? Porque nós estamos vendo hoje um ciclo de inveja da miséria alheia. O Paraná, por exemplo, sente inveja do Rio Grande do Sul, que recebe cinco vezes mais verbas do Governo Federal para o ensino de 3.º grau do que o nosso Estado do Paraná. Então, essa política parece-nos que não existe, e é de vital importância que seja fixada em termos de critérios. Nós gostaríamos, portanto, que V. S.^{as} inclusive a Professora Gilda Poli Rocha Lourer nos apresentassem os seus pontos de vista sobre essas questões que julgamos de vital importância. Um outro fato prospera em nosso País: a indústria de cursinhos. O ensino da iniciativa privada também está sob a fiscalização e inspeção do Ministério da Educação e Cultura. Os cursinhos funcionam com estruturas clandestinas. Nós temos que enfrentar essa situação, que é uma situação de âmbito nacional. Eu paro por aqui em função do tempo, mas gostaria de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — A Presidência, no cumprimento do Regimento faz sinal de que acabou o tempo, mas se V. Ex.^a tiver ainda pergunta a fazer, por favor, conclua, fazendo as perguntas que quiser.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — A questão da municipalização preconizada pela Lei n.º 5.692 demonstrou que da forma como foi colocada representa um fracasso. Os índices de analfabetismo, nós estamos sentindo que ao invés de serem diminuídos, ao contrário, estão sendo e intensificados. O drama estrutura federal, estrutura estadual, estrutura municipal tem emperrado a educação de tal maneira que o repasse de recursos, para o município por parte da esfera federal, prende-se a fatores de afinidades político-partidárias pelos depoimentos que nós temos testemunhado no passado. Então esse mecanismo tem que ser definido sob condição de nós vivermos sempre o ciclo da omissão; de nós empurrarmos encargos do município para o Estado, deste para a União, e de todos pelo descaso educacional que é uma tônica em termos de situação nacional porpriamente dita.

Dentro desse parâmetro, portanto, é que nós até junto com essas indagações fazemos um apelo, que o Ministério da Educação, que as entidades, que as representações, que todos nós possamos decretar a falência da Lei n.º 5.692 e criar um novo perfil que venha a redefinir e consolidar um novo dia educacional no País.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Ofereço a palavra à Professora Gilda Poli.

A SRA. GILDA POLI LOURER — Pouca coisa eu teria que dizer, a não ser que realmente o problema das universidades é muito grave no Paraná, porque o Estado mantém três universidades, sendo que uma quarta, a do Oeste em fase de elaboração, ela existe como faculade, mas em fase de transformação, além das faculdades isoladas; enquanto que, com todo o respeito e admiração que eu tenho pelo Constituinte Hermes Zaneti, mas não é culpa dele, no Rio Grande do Sul todas as universidades são federais, o que é uma disparidade de tratamento para a União, sem se falar nos outros Estados da Federação. Talvez uma sugestão fosse essa transferência — não quero briga com a Federação, de jeito nenhum — mas talvez uma solução para esse problema fosse a verificação ...

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Eu soube que foi reivindicação do Paraná.

A SRA. GILDA POLI LOURER — Eu também. Mas nós faríamos uma sugestão. Se não houvesse a possibilidade da União assumir todas as universidades estaduais, e municípios que estão aí no País, e algumas ainda necessitam de reforço, que este repasse fosse feito pelo custo-aluno e o número de alunos que cada Unidade da Federação mantém, se ela não quisesse assumir. É uma sugestão que fica, nem sei se pode ser objeto de discussão ou se é matéria constitucional. Nem sei porque não refleti sobre isto, especificamente como matéria constitucional. O que não Unidades federadas e aí, eu nem falo no Nordeste porque nem dá para falar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Professor Fernando G. da Fonseca.

O SR. FERNANDO G. DA FONSECA — Em primeiro lugar, peço permissão para defender o Constituinte Hermes Zaneti. As Universidades Federais do Rio Grande do Sul são 4. E por quê? É pela origem. Como no Paraná, elas foram criadas, são antes do Estado Federado. E temos na legislação do ensino os dois sistemas: o sistema estadual e o federal. Quando o sistema estadual as cria, ele assume perante a comunidade a responsabilidade pela sua existência. No Estado do Rio Grande do Sul são 4 federais criadas pela União ou absorvidas pela União; mas 8 ou 9 são particulares, ou confessionais ou comunitárias.

Quanto à proposição do Constituinte Tadeu França, eu gostaria de dizer que a Lei n.º 5.692, como toda a lei, deve ser ajustada a tempo e a espaço, mas não é matéria constitucional. Ela é decorrente das normas e princípios constitucionais. É uma reflexão a posteriori para qual acho que o Sr. acordou mais cedo do que outros, tomando consciência da necessidade de uma revisão.

Quanto à representatividade de professores no Conselho Federal, eles estão representados. E o espírito da lei com a não representatividade corporativa, para evitar a mentalidade corporativa dentro de um órgão que devia ter uma missão de universalidade e não de parcialidade.

No que diz respeito à representação de alunos, naquilo que lhes concerne, já por ato do Ministro da Educação, ou seja, na Comissão de Encargos, eles já foram convocados a participar. Não na área orçamentária, porque não elaboramos orçamento. Infelizmente não somos ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Professor Oswaldo Della Giustina.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — Se permite, Sr. Presidente, que eu faça uma blague, eu que sou de

Santa Catarina, peço ao Paraná e Santa Catarina que não briguem entre si, porque acaba sobrando para nós.

Mas sobre a questão levantada, acho que é absolutamente pertinente, faço duas observações, primeiro permito-me lembrar aos constituintes que tanto espera o Brasil, um princípio da Declaração dos Direitos Humanos da Revolução Francesa, e que é muito pouco citado. Eu creio que é o de n.º 17, se não me engano, que diz o seguinte:

“Cada geração tem o direito de definir sobre que tipo de sociedade quer viver.”

Por isto, eu me preocupo muito, no momento constitucional, com esse direito humano, que é o direito das gerações, de que queiramos efetivamente definir tudo numa Constituição e determinar tudo, como todos os brasileiros, todos os Estados, todos os Municípios e todas as gerações queiram viver. Parece que essa reflexão de fato, sobre até que ponto a educação deve caminhar, uma Constituição na área de educação deve caminhar, se na linha de intervir em toda a sistemática, ou abrir um espaço maior para a lei mais transitória por natureza, ou para a política educacional. É uma questão, parece-me de primeira grandeza, inclusive, em termos de valor, em termos de concepção da sociedade, que vamos criar através da nova Constituição. Esta é uma questão.

A segunda questão se refere à necessidade absoluta da articulação dos vários aspectos, dos vários setores, das várias ordens que vão constituir a nova Constituição nacional. De modo que, na verdade, a questão da descentralização não venha a se transformar simplesmente num caso específico, de um desejo da área da educação que contraria toda a estrutura nacional. Vamos continuar com uma estrutura tributária centralizada, por hipótese, com uma estrutura de poder centralizado, com uma estrutura de riqueza, mesmo de riqueza da sociedade mal distribuída e, conseqüentemente, centralizada em regiões ou em grupos, ou no Estado, ou em pessoas. É evidente que numa estrutura desse tipo, tributária, social política, econômica, centralizada, não há como se fazer educação descentralizada. Creio que esse é um problema que sentimos na área da educação. É por isso que a municipalização da educação tem sido, na verdade, um arremedo como tem sido dito, porque não há instituições políticas, econômicas descentralizadas e até sociais.

Concluo, e peço desculpas pelo excesso de movimentos manuais. Mas como italiano me dizem sempre: “Amarrem-lhe as mãos que eles deixam de falar. Ficam mudos.”

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — O Sr. pode concluir o seu pensamento.

O SR. OSWALDO DELLA GIUSTINA — O meu pensamento era esse mesmo, já extenso demais na expressão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Concedo a palavra ao último constituinte escrito, Oswaldo Sobrinho.

O SR. CONSTITUINTE OSWALDO SOBRINHO — Acredito que foram muito felizes os Srs. constituintes, inclusive os Srs. expositores, pela forma e maneira como foi colocado aqui o problema educacional. Chamou-me bastante a atenção a exposição da Prof.^a Gilda Poli, que me deu, na verdade, a impressão daquela educadora que conhece desde a escola de pau-a-pique até as escolas mais modernas deste País; conhece desde a miséria da educação até a escola privilegiada. E, portanto, é a ela que quero, dentro da minha leiguice, externar o meu pensamento.

Na verdade, no meu ponto de vista, professora, defendo o que defende os secretários de educação, 18% do

orçamento fiscal da União. Defendo também a educação gratuita, porque acredito que é uma forma de compensar aqueles que contribuem para o progresso deste País e que, na verdade, cobrar de novo a educação seria tributá-lo duas vezes.

A municipalização do ensino, no meu modo de ver, foi um atraso, um retrocesso, uma regressão na educação deste País, principalmente pela forma como são distribuídos os recursos para os municípios. Hoje o município é que recolhe os impostos, que produz as riquezas, esses recursos vêm para a União, e não voltam para os municípios. Vinte e cinco por cento de nada, não significa nada. É melhor 1% de alguma coisa do que 25% de nada. E eu que faço educação em Mato Grosso, um Estado difícil, um Estado que, na verdade quando vejo os Srs. aqui discutindo educação de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, fico até boquiaberto, porque, na verdade, problemas não têm nesses Estados. Problemas temos nós. As escolas de vocês fecham devido à imigração que vai para o nosso Estado, e com isto temos que abrir centenas e milhares de escolas em Mato Grosso. Na verdade, criam-se problemas sérios. Quando vejo falar de poucos recursos para a educação, fico pensando, realmente, que miséria estamos querendo construir para o futuro. Vejam o exemplo que desejo dar-lhes aqui, e estou até sendo criticado em meu Estado, quando defendemos um salário justo para os professores e para os educadores no meu Estado, porque um especialista em educação, através de uma lei da Assembléia Legislativa, e até seguindo o Regimento, ou seja o Estatuto dos Professores, passou a ganhar 12 mil cruzados de piso, e o teto, com 30 anos de serviço, chega a 50 ou 60 mil cruzados, estão considerando esses educadores como "marajás". De modo que vejo uma falta de respeito muito grande, neste País, aos educadores. Por isso defendo alguma coisa melhor neste caso. E perguntaria à Professora Gilda, e acredito que seu pensamento seja o mesmo, mas somente para que eu possa me certificar, se estou errado ou certo. Da forma como estão sendo distribuídos os recursos para os municípios, V. S.^a acha que a educação avançou ou regrediu neste País, principalmente a educação fundamental?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Concedo a palavra à Prof.^a Gilda Poli.

A SRA. GILDA POLI LOURES — É evidente que não houve avanço, e a centralização de recursos é uma das causas; não é a única, das condições em que se encontra a escola pública. Porque há outras condições também muito importantes que levaram a esse descrédito e o descaso da escola pública.

Uma delas, além dessa distribuição de recursos, é a deliberada política nacional de privatização do ensino. Outra delas é a perseguição que houve nesses últimos tempos aos grandes cientistas e educadores que foram obrigados a deixar este País e levar a sua contribuição fora dele. E eles estavam nas escolas públicas.

Outra delas, a extrema fiscalização e a ruptura da autonomia e da democracia dentro das escolas públicas neste País.

Este conjunto de questões levou à decadência da escola pública, à desmoralização do professor que cada vez mais se tornou um pedinte e, de repente, quando ele consegue um salário como conseguiu no seu Estado, que lhe daria condições dignas ele é também titulado de "marajá".

Tomara nós no Paraná pudéssemos ter chegado a esse teto. O nosso teto inicial é de três salários e ele pode chegar ao final da carreira a doze salários.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado.

Esta Presidência tem o prazer de oferecer a palavra ao Relator-Geral da Comissão Temática n.º 8, Constituinte Artur da Távola.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — Eu não gostaria de invocar aqui a condição de relator para tomar o tempo dos companheiros nem para ultrapassar o tempo que coube a todos. Gostaria apenas de procurar uma reflexão conceitual que me parece oportuna neste final de trabalhos, já que os aspectos propriamente tópicos foram tão bem abordados e, ao que parece, levaram a maioria dos presentes a uma posição quase de consenso. Pelo menos não se sentiu a contradita num nível bastante agudo.

Na matéria propriamente conceitual, chamou-me a atenção a magnífica fala da Prof.^a Gilda Poli Loures e das propostas feitas na publicação "Princípios Educacionais para a Nova Constituição", em alguns pontos, como dúvida realmente, e não como discordância, que eu gostaria de colocar.

Preliminarmente, uma palavra de apoio à idéia defendida pela professora, de que não se discutirá jamais com precisão o problema educativo sem se discutir a natureza do Estado que esta Constituição criará.

A todo instante nos textos educacionais as palavras "cabe ao Estado", "o Estado organizará...", que Estado? O Estado totalitário que vivemos, o Estado hipertrofiado no Poder Executivo, como ocorre no Brasil, mais do que hipertrofiado do ponto de vista de poderes, concentrado na ação direta administrativa, ou o Estado democrático? O que é um Estado democrático?

Essa é uma questão que não se afastará de nós em momento algum e creio que defini-la é fundamental. Então, dentro disso, em alguns pontos da proposta eu gostaria de ter um pouco mais de luz, até porque, no plano pessoal, a maioria de quase todas há propriamente uma concordância.

Logo no primeiro momento, gostaria de saber da professora por que os secretários de educação colocaram expressamente "todos os brasileiros têm direito a um ensino público e gratuito não confessional e de boa qualidade?" Se a idéia aqui do "não confessional" dirige-se ao privado em todos os seus níveis ou se é "não confessional" porque às vezes o ensino confessional, não sempre, camufla o ensino mercadológico. E essa distinção entre o ensino privado confessional, não mercadológico e o ensino confessional mercadológico acredito, é uma distinção que deverá ser feita ao longo dos trabalhos, para a clareza necessária ao legislador.

Então, gostaria de ter uma informação nesse ponto.

Outro ponto que me chamou a atenção, como dúvida também, é um dispositivo magnífico que diz: "é dever do Estado ofertar a todos uma escolaridade mínima e obrigatória de nove anos, a partir dos seis anos de idade, estendendo-se, posteriormente, de forma progressiva, sem fixação de idade e limite para sua conclusão". A minha dúvida refere-se à fixação da idade de seis anos e por que não abarcar como obrigatoriedade constitucional a própria fase pré-escolar que é hoje uma reivindicação sócio-pedagógica desta Nação? A fixação expressa de seis anos parece limitar na lei uma expansão que, eventualmente, o progresso do País, o desenvolvimento ulterior poderão realizar.

Dois itens posteriores estão redigidos assim. No segundo item, após este, está redigido o seguinte: "A educação

escolar é direito de todos e dever do Estado, nos diferentes graus, devendo ser assegurada pelos poderes públicos, o ensino oficial gratuito de boa qualidade que contribua para a superação da marginalidade cultural, social e econômica.”

A minha dúvida é, desde logo, que Estado? Mas isto nós já vimos lá no começo: dependerá de que Estado, nós Constituintes, organizaremos. Organizaremos um Estado democrático ou não. Porém, a minha reflexão se refere aqui sobre se é dever exclusivo do Estado ou do Estado e da sociedade? E se da sociedade, da sociedade organizada?

Tivemos no Brasil, como processo paralelo ao processo autoritário, nos últimos anos, um crescimento espontâneo e muito rico da sociedade organizada; ela quase que funcionou como uma circulação paralela como uma impossibilidade de circulação de idéias, de organização política no seio das próprias instituições destinadas para tal.

E esse crescimento da sociedade organizada defere a ela, hoje, sem sombra de dúvida, uma necessidade de participação maior porque a sociedade permeia o Estado até como fator democratizante do próprio Estado.

É evidente também que certas manobras privatistas de caráter exclusivamente mercantil baseiam-se um pouco na organização da sociedade até para impedir que o Estado exerça a plenitude do processo da gratuidade da universidade, da escola. De qualquer forma, essa redação trouxe-me algumas das dúvidas que estou trazendo.

Adiante, ocorre o contrário no texto — aliás, um texto magnífico:

“Os recursos públicos destinados ao ensino serão aplicados nas escolas criadas, mantidas e administradas pela União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, prioritária e majoritariamente, no ensino fundamental.”

Quer dizer, é um dispositivo altamente democratizante pelo fato de que dá prioridade ao ensino fundamental ao nível da igualdade de direitos. Destinam os recursos às escolas administradas pela União, Estados e Territórios, mas aqui estranhamente esse texto, que tem a finalidade de preservar a prioridade da escola pública, não usa a expressão “exclusivamente” e nisso também eu gostaria de ter uma informação da professora. Vejam como o texto ficaria com a colocação desta ou de outras palavras: “Os recursos públicos destinados ao ensino serão aplicados exclusivamente nas escolas criadas...” é inteiramente diferente de “aplicados nas escolas criadas e mantidas...”.

Por acaso, participei numa reunião dessas há exatamente 27 anos, quando me coube ser Constituinte pelo então Estado da Guanabara, que se formava — da discussão se a expressão era “exclusivamente” ou “prioritariamente”. De qualquer forma, gostaria que a professora, que fez uma fala tão precisa, nos ajudasse, a nós Constituintes, conceitualmente, em relação a esses pontos, o que nos iluminaria muito e nos ajudaria na formação de convicção essencial, para a feitura posterior de relatórios e tudo o que nos cabe como tarefa nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado, Relator da Comissão Temática n.º 8, Constituinte Artur da Távola, por sua intervenção.

Ofereço a palavra à Professora Gilda Polli Lourer.

A SRA. GILDA POLLI LOURER — Não resisto à tentação de cumprimentar as pessoas que sabem argüir, porque a arte de perguntar, realmente, é muito mais difícil do que a de responder. A sua pergunta me enseja esclarecer algumas questões.

Parece que ficou claro que há necessidade de se definir o Estado e de a Comissão estar articulada com outras comissões, senão corremos o risco de ficar discutindo no vazio. Quando chegarmos lá, haverá uma série de coisas definidas, e não teremos mais condições de defender as posições educacionais.

Ao falarmos, ou quando os Secretários de Educação falam em não confessional é a escola pública e gratuita que não deve ser confessional; ela deve ser laica. O que não significa que a escola particular, a escola privada, não possa ser confessional. Num Estado que pretendemos se defina como democrático, deverá, necessariamente, haver espaço para a escola privada e, aí sim, como privada, ela poderá ser confessional, porque os pais farão uma opção de matrícula.

Dentro deste pensamento, eu responderia a duas perguntas para depois falar da questão dos 6 anos de idade. Quando se fala que a educação escolar é direito de todos e dever do Estado nos diferentes graus, nós, os Secretários de Educação, estamos querendo preservar o direito da educação pública e gratuita a todos os brasileiros, mas não estamos negando o direito de opção, a escolha de uma escola privada por quem possa pagar, porque se de repente nós colocarmos aqui que a sociedade civil também deverá mantê-la, o Estado poderá se utilizar disso de uma forma, para fugir à sua responsabilidade de oferecer à maioria da população a escola pública e gratuita.

A escola privada deverá aparecer como uma opção, não como uma obrigação, porque eu não tenho saída.

O SR. RELATOR (Artur da Távola) — A professora me permite um aparte? (Assentimento do orador.)

A dúvida não é realmente aí no caso — e é evidente que está entendido o espírito — a dúvida não é no caso em relação à escola privada. É uma dúvida, se do ponto de vista conceitual nós devemos defender que o direito de todos à educação escolar é um dever do Estado e da sociedade, ou só é um dever do Estado? Essa a dúvida do ponto de vista conceitual; aí não entra propriamente a educação privada.

A SRA. GILDA POLLI LOURER — Certo; então acho que posso responder muito objetivamente. A intenção e, vamos dizer assim, a ideologia que predominou a nós colocarmos aqui que é só dever do Estado propiciar a educação pública e gratuita e, com isso, se quer dizer que há espaço para a escola privada.

O SR. RELATOR (Artur da Távola) — Pois não, professora, mas isso não está no texto, daí a minha dúvida.

Quanto à educação pública e gratuita não há dúvida, mas aqui não fala em educação pública, aqui fala em educação escolar, por isso é que estranhei.

A SRA. GILDA POLLI LOURER — Está bem. Nós discutimos muito essa expressão, e até parece aqui, depois, porque a sugestão do texto é que ficasse pública, mas como isto é produto de várias cabeças e de debate vem aqui “a educação escolar deve ser entendida como ensino formal ministrado em escolas dos diversos graus.” Para tentar esclarecer isso o que seria esse “escolar”? Esse escolar seria o que é público.

E por que não se fala “exclusivamente”? Aqui parece-me, realmente, uma “cochilada” dos Secretários de Educação; acho que aqui deveria estar “exclusivamente”. Realmente o texto ficaria mais forte. Agora, quem está dizendo isto sou eu, que não estou absolutamente autorizada a falar por todos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado. Concedo a palavra ao Relator desta Comissão, o Constituinte João Calmon.

O SR. CONSTITUINTE JOÃO CALMON — Inicialmente, já depois de 12 horas e 15 minutos de atividade, gostaria de prestar aos participantes deste debate, que foram tão generosos em relação a mim, a minha profunda gratidão.

Não sou — Professor, Presidente do Conselho Federal de Educação — merecedor de usar sequer o título de Educador; sou apenas um lutador da causa da educação, sou um aprendiz da educação e nada mais do que isso. Mas, elogios partidos de sumidades da educação, como as que estão hoje aqui, realmente me emocionam e me estimulam a continuar nesta batalha até o fim da minha vida.

Eu ouvi durante essas últimas duas horas, numerosas opiniões sobre o problema da educação. E logo no início da nossa reunião experimentei a maior alegria do dia de hoje, ao tomar conhecimento de que o Conselho Nacional de Secretários de Educação sugere o aumento do percentual mínimo sobre a receita de impostos federais de 13 para 18%. Passei a manhã toda de hoje fazendo um apelo para que as entidades da área de educação não continuassem defendendo a tese apenas da manutenção dos 13%. De maneira que, fico gratíssimo a essa manifestação do Conselho Nacional de Secretários de Educação no momento em que sugerem o aumento para 18%.

Entretanto, embora concordando com a manutenção dos 25% sobre a receita de impostos estaduais e municipais, devo voltar a destacar que esses percentuais ficarão, em última análise, na dependência do sistema tributário que for adotado na nova Constituição. Esse percentual de 18% pode ser até insuficiente na hipótese de o sistema tributário brasileiro corrigir completamente as monstruosas distorções atuais, quando o Governo Federal arrecada impostos dos Estados e Municípios e só lhes devolve miseráveis migalhas.

De maneira que, felicito efusivamente o Conselho Nacional de Secretários de Educação pela sua iniciativa que me parece tão feliz.

Em relação ao debate tão proveitoso entre o mestre Artur da Távola e a mestra Gilda Polli eu gostaria de lembrar não para ajudar à Professora Gilda Polli, a dúvida que poderia haver em relação ao ponto levantado pelo mestre Artur da Távola, talvez tenha sido eliminada no penúltimo parágrafo deste documento quando é afirmado o seguinte: "É permitida a existência de estabelecimentos de ensino privado desde que atendam às exigências legais e não necessitem de recursos públicos para a sua manutenção." Tenho impressão de que este penúltimo parágrafo talvez consiga sanar uma eventual deficiência no texto comentado na página 9.

Lamento sempre que eu só tenha despertado para a extraordinária, excepcional importância da educação, apenas a partir de 1969, antes eu estava trilhando outros caminhos, mas tenho procurado recuperar, e seguir o exemplo de Stendhal à procura do tempo perdido. Estou procurando recuperar o tempo que desperdicei anteriormente, e no dia de hoje, por exemplo, enriqueci extraordinariamente, os meus conhecimentos na área da educação ouvindo as lições destes mestres autênticos. Entretanto, quando ouço o meu nobre e combativo colega, o Constituinte Gumercindo Milhomem e líder também do magistério repetir o grito que ouvi na Esplanada de Castelo, na década de 30, quando um candidato à Presidência da República abalou este País perguntando: "Onde está o dinheiro?" De maneira que, essa pergunta do nosso nobre colega realmente é emocionante e ela deve ser levada em consideração: "Onde está o dinheiro da educação? Como ele está sendo aplicado?" Eu não hesito em repetir uma afirmação que tenho feito com muita frequência: Valeria a pena, não apenas no setor da educação, mas talvez em todos esses outros setores da atividade do nosso País, nós adotarmos uma boa técnica que

é a da União Soviética, quando promove uma reunião do Soviet Supremo, também realiza a autocrítica em público. De maneira que, seria altamente desejável que numa reunião da área de educação, como de resto de qualquer outra área, cada segmento representativo de um determinado setor se submetesse a essa autocrítica e reconhecer, sem dúvida nenhuma, que recurso financeiro não representa o único problema da educação. Diria que é dos problemas mais graves, mas não é o único. Na base da autocrítica, nós deveríamos procurar fazer uma análise e talvez — estou sendo muito gentil — nós detectássemos também na nossa área, que é a área da educação, alguns indícios de ineficiência, de mal emprego das verbas, de empreguismo, e uma série de outros fatores. Se nós não nos submetermos a essa autocrítica na base da maior humildade, eu diria, para compensar a referência à União Soviética, na base de um ato de contrição, nós não vamos resolver o problema da educação.

Precisamos considerar que há, já foi apontado, talvez haja macrocefalia de alguns órgãos da educação brasileira, a começar pelo Ministério da Educação. Já foi citado aqui o caso da delegacia do Ministério da Educação nos Estados, não me lembro quem fez uma revelação incisiva e absolutamente verdadeira e, por amabilidade, vamos ficar apenas no setor da Demec. Porque há, não apenas no Ministério da Educação, há também em outras áreas do ensino público essas deficiências que devem ser eliminadas. Parece não ser nenhum segredo atômico que na área por exemplo de ensino público das universidades, nós temos um fenômeno de professores de dedicação exclusiva que ganham por três ou quatro fontes diferentes. Acho que nós devemos ter a coragem de aproveitar essas oportunidades e apontarmos essas anomalias que não existem só na área de ensino superior, há igualmente anomalias gravíssimas no 2.º e no 1.º graus. De maneira que acho que talvez seja uma boa técnica nós aproveitarmos oportunidades como esta para focalizarmos também esses detalhes.

Não quero estender-me, mas para que todos tenham a idéia exata do que pretendo dizer, terei de repetir a frase de um fado de Amália Rodrigues: "Nem às paredes confesso". Em relação a algumas dessas distorções que existem no mundo da educação brasileira, e que é dever nosso, não apenas na base de crítica ou de ataque aos erros alheios, mas reconhecermos também as nossas falhas, as nossas deficiências nos setores onde atuamos. Obviamente, entre esses setores se inclui o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, porque todos nós pertencemos à miserável condição humana.

Não desejo prolongar essa intervenção, mas não poderia deixar de felicitar a Prof. Gilda Polli Louver por uma proeza que realizou no Paraná. Lembro-me de que, numa das nossas visitas ao Paraná, tomei conhecimento de que havia esta gravíssima distorção naquele Estado, orgulho de todos nós: do Orçamento da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, quase 50% se destinavam a universidades estaduais. Temos 87% de crianças brasileiras que não terminam a escola de 1.º grau. Conforme está nesse documento é necessário dar prioridade ao ensino fundamental. Esse problema de 87% de crianças que não terminam a escola fundamental é muito mais grave que os 20% de analfabetos, porque temos 87% de crianças que são funcionalmente analfabetas, e numa era em que já há um novo tipo de analfabetismo, a criatura que é tecnologicamente analfabeta, que não sabe lidar com computação de dados, e eu me incluo, obviamente, nessa categoria de analfabetos. De maneira que o esforço que a Prof. Gilda Polli Louver realizou merece de todos nós os mais entusiásticos aplausos.

Eu encerraria essa minha intervenção lembrando que tomei a iniciativa de procurar o Presidente da Assembléia

Nacional Constituinte e lhe entreguei uma sugestão, e imaginando que não tivesse sido aceita, que tivesse sido engavetada, mas tive há pouco a alegria de saber que essa minha sugestão está sendo levada em consideração e amanhã nós teremos a primeira reunião com o Presidente da Fundação Nacional da TV Educativa para tentarmos concretizar essa minha sugestão. O que estamos vendo hoje nesta sala, com raras exceções, microfone e gravador, é uma prática que vem da Idade da Pedra Lascada: reúnem-se seres humanos em determinado local, discutem e conversam. Ora, nós temos no Brasil uma entidade que detém o monopólio estatal das telecomunicações, que é a Embratel. Então, nós precisamos, mas precisamos mesmo, utilizar a rede microondas, a rede satélite deste País, tudo controlado pela Embratel, utilizar todas essas parafernálias a serviço da Educação, porque é o problema mais importante do País. De maneira que, amanhã, terei o prazer de contar com a colaboração do nosso Presidente Hermes Zaneti e do nosso Relator-Geral Artur da Távola, para esse primeiro encontro com o Presidente da Fundação Nacional da TV Educativa. Nós poderemos promover esse debate em auditórios da Embratel em cada Estado, em auditórios da Embratel aqui em Brasília; depois esse debate será gravado em vídeo tape e transmitido em horários convenientes pela Rede Nacional da TV Educativa. Só assim nós conseguiremos obter êxito na nossa tarefa que é equivalente a dar um murro no queixo do povo brasileiro para que ele compreenda que precisa reagir contra a situação calamitosa da educação brasileira. E interessa que essa situação seja mantida, à pequena minoria de privilegiados que não quer educar o povo, porque sabe que o povo educado é o povo consciente, que sabe lutar pelas suas reivindicações e sabe torná-las vitoriosas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós agradecemos a manifestação do eminente Constituinte, Relator João Calmon.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois não, tem a palavra V. Ex.^a

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Ontem à noite essa subcomissão, com vinte e oito parlamentares, do Senado e da Câmara esteve com o Ministro da Educação mediando um entendimento com a Andes para encontrar uma solução para o problema da mobilização do ensino universitário e da reivindicação funcional e salarial do Magistério e do ensino superior na área federal. O que nós notamos, é que apesar de toda a visão administrativa da acuidade social e do senso político do Ministro, as limitações de quem está num posto de comando na educação, são evidentes, por melhor que seja o Secretário, o Ministro. A conclusão a que pessoalmente cheguei, e deixo para uma reflexão, é a de que realmente, a educação não tem ainda neste País, a importância que nós queremos que ela tenha, porque para a massa que precisa, a massa carente, que é a maioria que precisa comer, morar, vestir e tratar, esse problema não tem aquela prioridade visível a olho nu. E para a elite existe o problema. Então, só uma campanha de conscientização popular que precisa ser desencadeada em extensão e profundidade é que irá realmente mobilizar a opinião pública, e os homens que estão nos postos, e que estão empenhados nisto; porque só nós da área da Educação, somos quem sofremos, sentimos e fazemos a pregação. Mas antes da conquista sempre vem a pregação, acho que depois da pregação virá a conquista dessa causa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. CONSTITUINTE OSWALDO SOBRINHO — Sr. Presidente, pela ordem, só para uma solicitação rápida. É porque essa Presidência já determinou, inclusive, que os apanhamentos taquigráficos fossem traduzidos e distribuídos aos Constituintes, principalmente com prioridade da parte do mérito. E amanhã seria interessante que já os tivéssemos, ao nosso alcance, pois teremos um final de semana, para podermos fazer uma já avaliação das discussões havidas e poder compará-las com os próximos depoimentos que iremos assistir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Quero comunicar a esta Subcomissão que temos insistido, inclusive por escrito, nesse sentido, e as informações que temos recebido é de que há cada vez mais dificuldades no atendimento desse pedido. Vamos continuar insistindo. Duas questões apenas: a primeira, amanhã pela manhã haverá funcionamento do Plenário da Constituinte, por isto estamos regimentalmente impedidos de funcionar. Amanhã à tarde haverá reunião da Comissão de Sistematização. Na segunda-feira estará depondo na sessão da Câmara dos Deputados, S. Ex.^a o Sr. Ministro da Fazenda. Assim sendo, esta Presidência convoca uma reunião ordinária desta Subcomissão para as 18 horas de segunda-feira, quando retomaremos a discussão de mérito, acertaremos algumas questões pendentes dos convites às entidades e às personalidades. Solicitamos à Secretaria dessa Subcomissão que faça a comunicação a todos os membros titulares e suplentes da próxima segunda-feira.

Agradecemos a presença de todos aqui, especialmente aos nossos convidados que com tanto brilho trouxeram aqui uma contribuição extremamente significativa para o trabalho de elaboração da Constituição brasileira.

Agradecemos a presença do pessoal da imprensa que se mantém ainda aqui até este momento e seguramente poderá, por sua presença, repassar também à opinião pública brasileira, que nós os Constituintes estamos trabalhando, que as entidades estão comparecendo e trazendo-nos contribuições significativas. Por fim, dizer que temos enquanto Presidente desta Subcomissão, uma preocupação muito grande, temos discutido em várias oportunidades, aqui, a questão do financiamento da Educação, treze por cento, vinte por cento, trinta por cento. Também temos muito claro que isto está um pouco pendente da sistemática geral da elaboração orçamentária que a Constituição determinará. Mas uma coisa é absolutamente fundamental: é preciso que tenhamos números em mãos, atuais, para sabermos se os recursos que hoje estamos destinando à educação são ou não suficientes, primeiro. Em segundo lugar precisamos saber, porque até aqui não o conseguimos, se a Receita Calmon está ou não sendo cumprida? Qual foi a Receita efetivamente arrecadada e Despesa efetivamente realizada em termos de Orçamento Federal no ano de 1986? Quanto foi recolhido de impostos e quanto destinado e em que rubricas para a educação?

Faço essa colocação, Dr. Oswaldo Della Giustina, porque V. Ex.^a e os demais assessores que formam o staff de S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Educação, levem mesmo que oficiosamente, levem a S. Ex.^a o Sr. Ministro, por que nós confiamos que S. Ex. possa aceitar o convite e aqui estar conosco no dia 13. Esta Presidência compreende que essa tentativa preliminar já tenha sido feita pela Assessoria da Comissão com a Assessoria do Sr. Ministro. O Sr. Ministro não está sendo convocado, até porque não temos essa competência. S. Ex.^a está sendo convidado. Entendemos, no entanto, que o Sr. Ministro da Educação saberá também aproveitar esta oportunidade para trazer a sua contribuição à elaboração da Constituição brasileira.

Portanto, dentro deste convite, nesta dimensão, e não enquanto inquisição, mas enquanto colaboração, para que estes Constituintes possam compreender e quantificar exatamente a quantas andam esse problema, para poder dimensioná-lo na futura Constituição. Nós apreciaríamos muito que o staff do Sr. Ministro da Educação pudesse levar a S. Ex.^a esta preocupação, e que esta Subcomissão pudesse ter, exatamente, em números, dimensionado aquilo que até aqui não conseguui.

Agradeço mais uma vez a importante contribuição trazida aqui nesta reunião, agradeço a todos quantos aqui abrilhantaram com suas presenças esta reunião, a presença dos Srs Constituintes. Reafirmo a convocação para segunda-feira, às 18 horas, e declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado, uma boa noite.

(Levanta-se a reunião às 21:35 h)

14.^a Reunião (Extraordinária)

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala de reunião da Subcomissão, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reuniu-se em caráter extraordinário a Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte. O Presidente Hermes Zaneti, declara abertos os trabalhos com a presença dos seguintes Senhores Constituintes: João Calmon, Louremberg Nunes Rocha, Osvaldo Sobrinho, Florestan Fernandes, Sólton Borges dos Reis, Ubiratan Aguiar, Tadeu França, Antônio de Jesus, Octávio Elísio, Bezerra de Mello, Aécio de Borba e Paulo Silva e sugere que se faça uma análise do cronograma das entidades indicadas pelos Constituintes Márcia Kubitschek, Pedro Canedo e Octávio Elísio, a fim de que sejam agilizados os trabalhos. Prossegue a leitura do telex enviado pela Confederação Nacional do Teatro Amador — Confenata, que pleiteia ser ouvida dentro da parte cultural desta Subcomissão destacando que não se trata de Organização de cunho oficial mas que congrega vinte e seis federações do teatro amador. O Constituinte Sólton Borges dos Reis pondera que a idéia de serem ouvidas as entidades desvinculadas do Poder Público é democrática e sensata lembrando que a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários tem origem extra oficial e reúne numerosos bibliotecários do País, e que os constituintes devem ser ecúmenos ao ouvir as instituições com idéias das mais divergentes sem marginalizar nenhuma delas, inclusive as não oficiais. O Constituinte Florestan Fernandes sugere a Organização dos Livreiros afirmando ser importante que os editores sejam ouvidos. Após aprovação, fica estabelecido o seguinte calendário para apresentação das Entidades que seguem. Dia cinco de maio, terça-feira às nove horas, serão ouvidas: Fundação Nacional de Arte, Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Fundação do Balé do Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, Academia Brasileira de Letras, União Brasileira de Escritores, Associação Brasileira de Imprensa e Câmara Brasileira do Livro. Ainda no dia cinco de maio, às dezessete horas, serão ouvidas as Instituições: Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDIA), Sistema Nacional de Museus, Fórum Nacional de Secretários de Cultura, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sociedade Brasileira de Antropologia e Confederação Nacional de Teatro Amador (CONFENATA). No dia seis de maio, quarta-feira, às nove horas, apresentar-se-ão as seguintes instituições: Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), Conselho Nacional do Cinema (CONCINE), Instituto Nacional de Artes Ciências (INACEN), Instituto Nacional do Folclore (INAF), Instituto Nacional do Livro (INL), Federação Brasileira de Associações

de Bibliotecários e Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional de Brasília (SENALBA — DF). O Constituinte João Calmon, após a leitura do calendário pelo Presidente, declara que o prazo de cinco dias para a apresentação do Anteprojeto é muito curto ao que o Constituinte Sólton Borges dos Reis sugere que o material já existente pode ser utilizado dando início aos trabalhos de redação. Como ainda persistem dúvidas quanto ao prazo destinado à apresentação das entidades, a Diretoria da Secretaria Legislativa, Senhora Sara Ramos de Figueiredo, é convidada a prestar esclarecimento e informa que nada impede as apresentações além do prazo de seis dias de maio. O Constituinte Octávio Elísio sugere que não sejam convidadas personalidades para serem ouvidas nos dias de audiências com entidades. Acrescenta ser conveniente, dada a exiguidade do tempo, a apresentação das propostas por escrito ou que se apresentem na fase de discussão do Anteprojeto. O Presidente solicita da Secretaria, iniciativas no sentido da presença de um assessor da Imprensa a fim de que sejam divulgados os trabalhos desta Subcomissão e que entre em contato com o Senhor João Dória para que apresente seu depoimento no próximo dia oito de maio quando serão ouvidas entidades relacionadas ao esporte e turismo. Os Constituintes Tadeu França, Antônio de Jesus e Louremberg Nunes da Rocha são favoráveis a que seja ouvida uma personalidade ligada à censura. O Constituinte Octávio Elísio acha desnecessária essa presença, julgando que apenas a apresentação de um relatório do Ministério da Justiça, elaborado na gestão do Ministro Fernando Lyra será útil para os esclarecimentos necessários. Após votação fica deliberada, para o dia oito de maio, a vinda de uma autoridade ligada à censura. Em seguida o Primeiro-Vice-Presidente, Constituinte Aécio de Borba, procede à leitura das Atas da nona e da décima reunião, esta última, extraordinária. O Senhor Presidente tece elogios à persistência do Constituinte João Calmon, ao conseguir que as próximas reuniões desta Subcomissão sejam filmadas contribuindo para uma divulgação dos trabalhos, parabenizando-o pela iniciativa. Após os agradecimentos do Relator, às vinte horas e vinte minutos o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos convocando para as oito horas e trinta minutos de amanhã, dia vinte e oito de abril, uma reunião a fim de serem ouvidos os representantes das Entidades que constam do calendário, cujo teor será publicado na íntegra, no Diário da Assembleia Nacional Constituinte e, para constar, eu, Sergio Augusto Gouvêa Zaramella, Secretário, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 14.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1987, ÀS 18:30 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE HERMES ZANETI.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Quero agradecer a presença dos colegas constituintes que estão conosco neste momento. Uma sugestão seria de tentarmos aqui, embora não tenhamos nenhum dos 3 membros da comissão que nós designamos para ajudar a organizar o cronograma de audiência das entidades. Segundo nos informa o Secretário Sérgio, a Constituinte Márcia Kubitschek deixou aqui, na secretaria, a relação das entidades sugeridas por aquela comissão de 3 membros, para a questão de concluirmos o nosso roteiro de trabalho.

Estou recebendo aqui duas solicitações, uma da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários que,

inclusive, tem uma redação que oferece em termos de texto constitucional, que gostaria de ter uma oportunidade de depor aqui na subcomissão, na parte cultural. Assim como estou recebendo uma solicitação muito interessante da Confederação Nacional de Teatro Amador — Confenata, cujos representantes estiveram em meu gabinete hoje pela manhã, com uma tese que me parece interessante e que eu gostaria de repartir aqui com os eminentes constituintes membros desta subcomissão. É que nos relatam os diretores da Confenata, que a relação que nós decidimos ouvir, selecionada por aquela comissão, que é do conhecimento deles, por contacto com a Constituinte Márcia Kubitschek — é tipo do nível oficial. A Confenata é o resultado de uma livre, espontânea e consciente manifestação de vontade por parte daqueles que militam nesta área cultural e, de seus esforços e de seu trabalho, é que resultou esta organização, ou seja, não uma organização com algum tipo de patrocínio oficial, não nasceu desse patrocínio, não vive dele, e não trabalha a nível de uma dimensão oficial de Governo. Então, a Confenata está representando 26 confederações estaduais de teatro amador. Ela é um tipo de CBD, a nível do teatro amador, ou seja, são 26 federações que se organizaram em diferentes Estados, em diferentes unidades da Federação pelo pessoal que limita no teatro amador, que, organizados nestas federações estaduais, construíram a sua confederação nacional. Também pleteia ser ouvida neste espaço reservado às entidades culturais.

Nós já recebemos a sugestão daquelas entidades selecionadas pelos Constituintes Márcia Kubitschek, Pedro Canedo e Octávio Elísio, mas como estas duas entidades, uma por sua dimensão nacional, nascida da força de vontade, do esforço dos seus integrantes, que é a Confenata e, outra, pela importância cultural e educacional que tem a biblioteca, nós ponderaríamos a esta subcomissão que, mesmo com prejuízo de tempo para ouvirmos a todos, se desse a oportunidade de também por 10 minutos prestar o seu depoimento a essas duas entidades. Eventualmente, depois, se a necessidade de tempo físico assim o determinar, se reduzisse o espaço global para o debate, levando evidentemente naquele rumo de que convidaríamos a Mesa no início de cada debate, o número de entidades, que prestariam o seu depoimento e haveria um questionamento conjunto, como houve já no dia 23, que parece ter dado um resultado satisfatório. Gostaria de consultar esta subcomissão se concorda que, em dois turnos distintos ou em cada um deles, uma dessas duas entidades fosse agregada àquele rol de entidades indicado por aquela comissão. Repito que não estão aqui todos os membros da comissão, mas penso que esta subcomissão pode evidentemente decidir. Alguém gostaria de fazer um comentário sobre isto? (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Em uma das primeiras reuniões nossas, quando foi solicitada a indicação de entidades, de instituições para serem ouvidas, tomei a iniciativa de ponderar que conviria não ficássemos somente na órbita oficial, pois seria muito útil para esta subcomissão, além de democrático, ouvir também as instituições desvinculadas do poder público. Agora, vejo que este pensamento também encontra ressonância. Tanto que eu citei, na ocasião, algumas instituições, como a Academia Brasileira de Letras e outras, que depois apareceram na relação e não estavam anteriormente. Vejo, também, que a questão colocada vem ao encontro daquela proposta, e observo, aqui, que a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, também como o pessoal do teatro, tem uma estrutura que me parece de origem espontaneamente extra-oficial, por-

que congrega associações de bibliotecários de numerosas regiões do País, de numerosos Estados — não sei es todos, mas quase todos — e com um caráter profissional. Não é associação das bibliotecas oficiais, mas uma federação brasileira de associações de profissionais desta área que, aliás são de nível universitário, que se congregam numa federação. Creio que aí está uma instituição especificamente indicada para ser ouvida no campo da cultura. Acho que o Sr. Presidente atua muito bem se abrir espaço para que se possa ouvir estas duas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Concedo a palavra ao Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Acho que as duas organizações poderiam ser incluídas, porque, de um lado, há um grande interesse em ter aqui representantes do teatro amador e, de outro lado, o problema do livro é capital para nós, e talvez visto do ângulo dos bibliotecários, o interesse seja grande. Há, também, as organizações dos livreiros, que não se candidataram a vir aqui. Existem várias de âmbito estadual e uma de nível nacional — não sei por que não vieram — e a principal reivindicação deste setor consiste em isentar a importação de livros de taxaço fiscal. É claro que se nós revertemos o benefício para o consumidor, isto seria muito bom, porque o processo brasileiro de importação de livros multiplica por 3, 4, 5, o custo do livro. Então, há interesse em ouvir estas organizações, porque elas têm uma experiência que deveria ser aproveitada por nós.

Os editores também têm uma organização importante e, pelo visto, eles também não se candidataram a vir aqui falar. Acho que seria importante ouvir os editores, especialmente na área da cultura, mas como não se candidataram, eu não sei se convém ou não solicitar a sua colaboração. Estou de inteiro acordo com o Professor Sólton Borges dos Reis e com a sugestão do Sr. Presidente. Não sei como fazer — é preciso espremer o limão com maior velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Vamos, neste momento, apreciar os pedidos que estão sobre a mesa, nessa linha.

Temos a sugestão feita pela Constituinte Márcia Kubitschek, também já anotada pelo Constituinte Octávio Elísio e pelo Constituinte Pedro Canedo.

Passo a ler, da seguinte forma: há a sugestão para que as entidades indicadas sob o número 1, sejam ouvidas no dia 6, às 9 horas e 30 minutos.

Consulto a Secretaria se há distribuição desse material. (Pausa.) Lerei pausadamente para que os Srs. constituintes assimilem os nomes dessas entidades.

Volto a lembrar que esse é um trabalho elaborado pela comissão a quem nós delegamos a organização do mesmo. Se aprovado, evidentemente, teremos até amanhã impressa a relação com os nomes.

As entidades indicadas sob o número 3, nesta relação, será no dia 5 de maio, pela manhã.

Assim, no dia 5 de maio, pela manhã, nós ouviremos: Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, Nora Esteves — uma bailarina — Maestro Henrique Morenbaum, Maria Luíza Noronha, Fundação do Balé do Rio de Janeiro, Isaac Karabitchevsky, Fundação Roberto Marinho e Academia Brasileira de Letras.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Tenho a impressão de que o critério que está presidindo

essa enumeração é de ação entre amigos e admiradores. Há organizações que têm uma experiência de sentido muito limitado. Não sei se vale a pena nós repertirmos, porque se se pergunta de uma, vamos obter dados que depois vão ser expressivo para os outros. A Academia Brasileira de Letras tem sido uma instituição ausente. Durante a ditadura, ela não tomou nenhuma iniciativa em defesa da cultura brasileira, nem dos escritores nacionais e, inclusive, chegou a eleger generais e um atual Chefe de Estado, por méritos que ainda estão por ser comprovados em termos literários, e talvez até filosóficos. De modo que não sei se devemos prestigiar instituições que não souberam se manter à altura de suas responsabilidades.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço a intervenção de V. Ex.^a e vou repetir a relação do dia 5 de maio pela manhã, para que essa pergunta do “não sei se devemos convidar”, possa, eventualmente, se transformar em uma proposta do Constituinte Florestan Fernandes ou de outros Constituintes.

Repito, é uma proposta da comissão que nós havíamos designado. Evidentemente que esta subcomissão pode decidir por não adotar toda a relação ou, quem sabe, nenhum nome da relação, ou substituir os nomes ou as entidades.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Quanto à Academia Brasileira de Letras, à qual faz restrições o Constituinte Florestan Fernandes, lembrei essa instituição como uma que não é da área oficial, pois precisamos sair da exclusividade dessa área.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — (Fora do microfone.)

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Ainda que seja, eu acho que nós devemos ser ecumênicos ao ouvir. Não precisamos adotar as posições de instituições cujos postulados e cuja postura não se coadunam com a nossa, mas acho que devemos ouvir a todos, senão vamos marginalizar instituições que podem, eventualmente, ter uma contribuição. Na Academia Brasileira de Letras, há 40 escritores de todas as tendências. Por exemplo, Jorge Amado é uma figura expressiva da Academia Brasileira de Letras. É um escritor que sempre deu uma contribuição à cultura popular e é um escritor que não bate muito com aquela imagem que a Academia pode ter. Não sou um entusiasta, não sou um fã da Academia, mas ela existe e tem uma atuação — bem ou mal, ela atua. Foi com esse espírito que eu sugeri, mas não que me empenhe que ela seja ouvida. Quanto ao critério de ouvir todas as tendências, esse eu mantenho. A instituição em si eu não me bato por ela, mas sim por um critério em que se dê oportunidade às opiniões as mais antagônicas, as mais divergentes e, depois, nós tiraremos as nossas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Está registrada a opinião de V. Ex.^a Esta comissão tem agora **quorum**, e passa a funcionar oficialmente. Agradecemos a presença de todos, especialmente do Sr. Constituinte Bezerra de Melo, que traz, com a sua presença, o **quorum** oficial para funcionamento da subcomissão, assim como a todos aqueles que antes dele chegaram, para que pudéssemos ter o número completado.

Esta Presidência precisa definir, hoje, a relação das entidades a serem ouvidas. Por isso, pedimos a compreensão dos Srs. constituintes, no sentido de que essa definição possa processar-se hoje.

Eu insisto, estou apresentando a relação segundo a sugestão que aquela comissão nos enviou, o que não significa que devemos adotá-la.

Vou reler a sugestão para o dia 5 de maio pela manhã e, em seguida, poderíamos adotar o critério de eu ler o

nome, em havendo quem queira discutir o nome indicado, poderíamos fazê-lo e, em seguida, votar se ouvimos ou não a entidade. Parece que é um critério que poderia, democraticamente, equacionar o problema a nível desta subcomissão.

Releio todos os nomes indicados para serem ouvidos no dia 5 de maio. A seguir, leio um por um. O nome que não tiver questionamento entende-se como aprovado para ser ouvido. Quando algum Sr. constituinte pretender questionar sobre algum nome, pedirá a palavra, fará o questionamento, e, não vencida a dificuldade, poderemos adotar o princípio da votação: a maioria decide. Podemos adotar esse princípio? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, esta lista que nós temos em discussão foi trazida em algumas reuniões anteriores da subcomissão pela Constituinte Márcia Kubitschek, que não está presente. Concordo com as observações feitas anteriormente, mas acho que o critério adotado para um foi o mesmo para outro. São entidades isoladas, não há nenhuma articulação dessas entidades em termos de uma proposta de política cultural. Acho difícil apenas pensar em tirar um, sem todos, e acho mais difícil, ainda, discutir isso sem que a Constituinte Márcia Kubitschek esteja aqui. A minha opinião, que pode não ser boa, é que acho extremamente difícil, na parte de cultura, uma escolha de entidades que tenham uma certa organização em termos do debate da política cultural — porque de fato não há, a não ser, ao que eu saiba, o fórum de secretários e o ministério que se envolveram num debate específico, e entidades ligadas ao meio popular, acho que nenhuma contribuição nova de fato virá, a não ser coisas isoladas e específicas. Acho difícil e não me sinto à vontade em fazer uma discussão da lista e efetivamente retirar nomes, sem que a Constituinte Márcia Kubitschek, responsável por ela, esteja aqui.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Poderia fazer um acréscimo?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Como critério, quando surgir a indicação de uma instituição, quem tiver experiência a respeito diz o que sabe. E, por aí, teremos alguma informação para selecionar ou rejeitar as indicações. Não seria o caso?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Dadas as observações dos eminentes constituintes, e considerando que esta Presidência precisa definir hoje, quando houver questionamento sobre alguma entidade não adotaremos o princípio de votar. Separaremos a entidade e, com a presença da Constituinte Márcia Kubitschek, num outro momento, poderemos eventualmente rediscutir a questão. Parece que, com isso, poderemos avançar e limitarmos-nos a eventuais nomes questionáveis, do ponto de vista da sua indicação. Podemos adotar isso como princípio de trabalho? (Pausa.)

Então, vou reler: para o dia 5 de maio, no turno da manhã, estariam previstas: Fundação Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, Nora Esteves, bailarina; Henrique Morelenbaum, maestro.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Sr. Presidente, peço a palavra para uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois não!

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Eu não conheço e, sinceramente, não posso emitir opinião.

Mas, ao lado de entidades, estou vendo nomes de pessoas. E, mais à frente, na primeira leitura, notei que há nomes de entidades que cuidam da parte do balé, arte, música etc. Não seria o caso, por maior conhecimento que tenham essas pessoas da matéria, que sejam acopladas ou que participem daquele momento em que o assunto já vai ser tratado? Não conheço especificamente, e fica difícil tratar o assunto, mas há, por exemplo, nomes isoladamente de dois maestros.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Se bem entendi, aqui, a sugestão seria de dança e música no dia 5, pela manhã.

O SR. CONSTITUINTE UBIATAN AGUIAR — Parece que há uma bailarina e uma escola de balé...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Por isso, dança e música no dia 5, pela manhã. É a sugestão que está sendo apontada aqui, ou seja, a sugestão, segundo está chegando à Mesa, feita pela Constituinte Márcia Kubitschek, já estaria dentro do princípio de que o nobre Constituinte Ubiratan Aguiar está a indicar: separação por assuntos, dentro da dimensão maior de artes.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Senhor Presidente, peço a palavra para uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS — Solicitei a palavra para sugerir que no caso de se apresentar determinada instituição, o Constituinte que a apresente fizesse, inclusive, uma descrição sintética do nível de desenvolvimento daquela instituição, do seu nível operacional, para que nós tomássemos um conhecimento pelo menos superficial. Aí já eliminaríamos um problema porque com esta tomada de consciência já facilitaria a escolha.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Mantemos, portanto, a decisão anterior no sentido de que quando alguém não se sentir suficientemente esclarecido para decidir, basta que faça a observação e nós separaremos para, num outro momento, com a presença da Constituinte Márcia Kubitschek, podermos decidir sobre esses assuntos.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, lamento introduzir um detalhe que não é muito animador. De qualquer maneira, o calendário do qual tenho conhecimento, o único documento que chegou-me às mãos, prevê para o dia 6 de maio o fim das audiências — e estamos aqui marcando audiências para 5 de maio em diante. Então, solicitei ao Sr. Secretário para conversar com a Dr.^a Sara Abraão, e ela confirmou. Está aqui em mãos. O único documento é este: dia 6 de maio termina o prazo para o recebimento de sugestões e começa a ser contado o prazo para o relator preparar o seu relatório, já depois de findo o prazo de recebimento de sugestões. De maneira que levanto somente esta preliminar: apurarmos realmente, porque estamos marcando aqui datas que poderão não ser cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Decidimos em conjunto, nesta subcomissão, as datas das audiências e os respectivos dias destinados a determinados assuntos. O entendimento da subcomissão naquele dia — e o meu estendimento pessoal continua assim hoje — é de que 6 de maio é o último dia para a apresentação

de sugestões dos Constituintes à Mesa da Constituinte, e não para ouvir entidades nas subcomissões.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Mas a questão não é esta, é se começa a contar o dia 6 de maio o prazo para a apresentação do relatório. O relatório vai ser apresentado 5 dias depois, e até o último dia do prazo para a apresentação do mesmo, continuam as sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zanetti) — Já vimos essa questão aqui, também: a apresentação do relatório dar-se-á no dia 11 de maio. Por isso, naquela oportunidade, havíamos encerrado as audiências no dia 8, exatamente para que o Sr. relator tivesse um prazo pela frente para, mesmo ouvidas as últimas entidades, ainda eventualmente enriquecer ou alterar o seu relatório.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Tudo isso é na base verbal. Eu estou com um documento escrito.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Onde está escrito que o último prazo para ouvir as entidades é no dia 6 de maio? Qual é o artigo do Regimento Interno?

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não sei. Não entendo disso. A Dra. Sara, que é responsável por esse setor, informou agora isso.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência solicita à Assessoria que informe qual é o artigo do Regimento que prevê esta determinação. (Pausa.)

A Secretaria está nos esclarecendo que se alterou a data para o recebimento de sugestões. Portanto o prazo para as sugestões dos constituintes a serem entregues à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte se encerra no dia 6 de maio — encerrava-se, anteriormente, no dia 23 de abril.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Perdão, mas as entidades virão aqui apresentar sugestões até a véspera do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência decide sobre este assunto.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS

— Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois não!

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Seria penoso que a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes concluisse seu trabalho de auscultar a sociedade civil brasileira, com uma postura que importasse numa definição defeituosa do que seja cultura. Veja-se por exemplo, o caso da Academia Brasileira de Letras — é claro que não me ocorreu outra instituição na hora e eu citei esta, embora tenha posto general da junta militar como imortal, mas não é esse o caso. Temos que ser abrangentes, a subcomissão não pode ignorar que existe, por exemplo — e ainda há pouco o Constituinte Florestan Fernandes lembrou — na área da cultura, o livro, existe o autor do livro, existe o editor do livro, pois não adianta o autor se não houver o editor, para fins de cultura, a não ser a dele própria; o comércio do livro — só para falar do livro. E como não vai haver tempo, uma proposta que deixo à reflexão, é que poderia a subcomissão dirigir-se a uma série de instituições, como a União Brasileira dos Escritores, a Câmara Brasileira do Livro, e outras que forem arroladas, mas sempre de maneira ecumênica, sem vetar quem quer que seja, e mandar um telex dando um prazo para que apresentem, por escrito, de maneira sucinta, a sua posição e eventuais reivindicações. Assim fica marcado, historicamente, que a subcomissão tomou conhecimento, que sabe que livro faz parte da cultura, a subcomissão sabe que teatro faz parte

da cultura, etc., porque há muita gente que pensa que cultura é só uma determinada área — as outras não são cultura. De modo que a única maneira é essa, porque o tempo não vai dar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.^a e lembramos uma decisão desta subcomissão já neste sentido. Apenas solicitamos àqueles que tenham eventualmente instituições a indicar para esta consulta, em base de decisão anterior desta subcomissão, que o façam à secretaria, a quem pedimos que providencie oficialar a essas instituições, solicitando a sua contribuição. Acatamos, portanto, a sugestão do Constituinte Sólton Borges dos Reis e agradecemos a S. Ex.^a

Esta Presidência vai decidir sobre a questão apresentada pelo eminente Relator Constituinte João Calmon, com base numa ampla discussão já adotada por esta subcomissão, com base em que esta subcomissão fixou dias, datas e roteiros para ouvir diferentes entidades sobre os assuntos pertinentes a esta subcomissão.

Na interpretação do Regimento Interno, já que não há nenhum texto explícito sobre essa questão; considerando também que já comunicamos às entidades que iríamos ouvi-las, e que é essencial ao processo constituinte, tal como foi dimensionado por esta estrutura, que se ouça e que se tenha a presença das entidades representativas dos segmentos da sociedade civil brasileira. Embasado ainda na compreensão do nosso eminente relator, que seguramente a terá conosco, e que nós saberemos tê-la com ele, à medida em que também compreendemos que o prazo de que dispõe o Sr. relator é exíguo — invoco aqui o testemunho do nobre relator, quando na presença de uma comissão formada pelo Dr. Ulysses, quando discutimos problemas de prazo, lá estive eu e a única ponderação que fiz foi de que o prazo para o relator da subcomissão era exíguo, mas nos foi colocado em contrapartida que era um prazo para um relatório preliminar e um anteprojeto que depois passaria por uma discussão e por emendas dos próprios membros da subcomissão.

Compreendendo que o prazo do dia 6 de maio é para apresentação de sugestões dos Srs. constituintes à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, adoto a decisão de que mantenhamos o cronograma fixado e ouçamos as entidades convidadas para os dias 5, 6, 7 e 8 de maio.

Pediria para contar, nesta decisão, com a compreensão dos Srs. membros e, especialmente, a compreensão do nosso eminente relator, que está com um prazo reduzido, mas terá seguramente a solidariedade de todos nós na compreensão deste relatório e deste anteprojeto, e o enriquecimento através da participação de todos nós depois, nas emendas, nos debates e no processo que seguirá. a encerrar-se no dia 25 de maio.

O SR. RELATOR (João Calmon) — O Relator não tem a menor objeção com relação a audiências de entidades de todas essas áreas de educação, cultura, esportes, turismo, lazer, etc., mas, há um problema que está acima de nossa vontade: é o prazo mínimo que já é insignificante, de 5 dias, para que o Relator apresente o seu relatório. Então, se, por decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, que é a autoridade maior, o prazo para a apresentação do relatório for mesmo — e não tenho certeza disso — o dia 11 de maio, o Relator teria apenas os dias 9 e 10 para, no dia 11, apresentar o relatório.

Então, temos níveis de decisão...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — E ainda há o seguinte: se V. Ex.^a não fizer o relatório, outra pessoa ficará encarregada de fazê-lo.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Exatamente, há este risco. Então, deixe-me concluir o meu pensamento. V. Ex.^a confirma o que estou dizendo. Para mim, seria desejável ouvir não apenas durante 8 dias as entidades, o ideal seria ouvirmos durante 15, 30 dias, seria altamente desejável. A única dúvida que tenho — não estou fazendo nenhuma afirmação, estou manifestando uma dúvida, formulando uma indagação — é que se realmente o prazo, de acordo com o que está aqui escrito: “dia 11 o Relator apresentará anteprojeto”, para ele apresentar no dia 11 o seu anteprojeto, é necessário que comece a correr o prazo no dia 6 de maio. Então, na hipótese — que é absolutamente inimaginável — de ser tomada uma decisão, violando as regras já aprovadas a nível da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, haveria uma solução, por absoluta impossibilidade de se fazer em dois dias o relatório, o Relator não apresentaria o seu relatório — e está previsto.

Violado o que foi determinado pela Assembléia Nacional Constituinte, através de sua Mesa, e diante da abstrata e total impossibilidade de fazer um relatório abrangendo todas as centenas ou milhares de sugestões e, ainda, as sugestões das entidades de classe, o Relator lamentaria muito, mas haveria uma total impossibilidade de, em dois dias, apresentar o seu relatório. Mas já está prevista esta hipótese: o relatório será apresentado pelo Relator da Comissão Temática. Isso não é problema de decisão; tomar decisão é assunto encerrado, não. Temos aqui regras, e a única regra escrita que temos prevista é esta que foi exibida há pouco, pela Dr.^a Sara Abraão. Então, só tenho esse prazo: dia 11 de maio, quando o Relator apresentará o seu anteprojeto.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Permite-me um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Não há previsão regimental para aparte, mas é possível.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — É apenas para ajudar na solução dos trabalhos. A dificuldade é óbvia e alarmante. Mas, talvez fosse conveniente começar a inventariar as sugestões, porque temos recebido sugestões, fundamentações e justificativa das mesmas. Quem sabe se poderia — os assessores ou a própria Secretaria — inventariar as sugestões.

Por exemplo, em matéria de educação: “A educação é direito de todos” — essa é uma sugestão. “A escola pública é gratuita em todos os níveis” — é outra sugestão. “A escola pública é gratuita apenas no nível primário” — é outra sugestão. “O dinheiro público é só para escola pública” — é outra sugestão. Enfim, fazer um inventário para já ir construindo...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.^a e para que não fique registrado que esta Presidência está decidindo fora do Regimento, quero reafirmar, como Presidente, que adotei uma decisão fundamentada no Regimento. Vou ler o art. 17.

“Da elaboração do projeto de Constituição — art. 17.

O relator na Subcomissão, com ou sem discussão preliminar, elaborará seu trabalho com base nos subsídios encaminhados nos termos do estabelecido neste Regimento, devendo, no prazo de 30 dias, apresentar relatório fundamentado com anteprojeto da matéria. O anteprojeto será distribuído em avulsos aos demais membros da Subcomissão para, no prazo de 5 dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas. Encerrada a discussão, o relator terá 72 horas para emitir parecer sobre as emendas, sendo estas e o

anteprojeto submetidos à votação. As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, entretanto, ser reapresentadas nas demais fases da elaboração da Constituição. A Subcomissão, a partir de sua constituição, terá o prazo de 45 dias para encaminhar à respectiva Comissão o anteprojeto por ela elaborado e, não o fazendo, caberá ao relator da Comissão redigi-lo no prazo de 5 dias."

Este art. 17 nos dá claramente a resposta. Primeiro, que o prazo para a apresentação do relatório com o anteprojeto é 11 de maio, sem nenhuma limitação para a apresentação das sugestões por parte dos membros desta Subcomissão, ou data fixada para a oitiva de entidade. Mais que isto, os demais prazos são fixados nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º. Portanto, não há, no Regimento, nenhum limite no sentido colocado aqui pelo Sr. Relator João Calmon. Por esta razão e fundamentado no art. 17, é que esta Presidência decidiu — aliás, antes de decidir, referiu exatamente a estes prazos que, embora não tendo texto específico com os artigos e parágrafos, nós colocamos as datas claramente, dizendo que o dia 11 de maio é o dia-termo para a apresentação do relatório e do anteprojeto, com ou sem discussão preliminar, e o dia 25 de maio é o término de apresentação do relatório final por parte da subcomissão.

Concedo a palavra ao nobre Vice-Presidente, Aécio de Borba.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Eu queria, Sr. Presidente e companheiros que nós refletíssemos bem. O nobre relator está levantando uma questão que realmente tem algo de apreciável, porque é seu temor de que tenha, em 48 horas, que elaborar um relatório. Nós, entretanto, pedimos permissão ao nobre Constituinte para uma reflexão a respeito do assunto.

Nós teremos ouvido as entidades relativas à área de Educação até o dia 30 do corrente mês. E eu não tenho dúvidas de que a área de Educação é aquela que merecerá, na Constituição, a maior quantidade de artigos, de normas, de princípios a serem realmente levados a efeito. Então, a partir do dia 30 não teremos mais audiências com entidades da área de Educação. E o nobre relator não poderá ficar, em hipótese alguma, esperando o texto a ser elaborado somente depois de vindas todas as sugestões. A sua designação é a representação de toda a Comissão, principalmente daqueles que a integram, de que a ele caberá, sem dúvida alguma, talvez até uma antecipação de texto para a nossa apreciação, para a apreciação de toda a Comissão, já que a ele, pela forma regimental, cabe a elaboração dessa norma.

Então, os últimos dias serão para o ajuste das opiniões que se mostrarem contrárias ou favoráveis àquilo que está expresso no texto pré-concebido. O temor do relator é realmente válido, mas eu me permiti fazer essas observações para mostrar que nós não vamos depender de que ele elabore em 48 horas.

O prazo, a partir do momento em que foi instalada a Comissão e o designaram relator, é de 45 dias, que finda no dia 11, para, com ou sem discussão, de acordo com o que diz o Regimento, apresentar o texto que lhe compete elaborar. Esses dois dias finais em que as audiências serão específicas sobre a área de Cultura e Esporte, áreas que, sem dúvida, envolverão talvez no máximo um artigo, penso eu, com alguns itens, não darão esse trauma de necessidade de um trabalho emendado, diuturno, depois de feitas essas audiências.

Peço desculpas ao nobre Relator, mas era a minha opinião, que acho que colabora para que se chegue a um desiderato e se cumpra aquilo que esta Comissão já esta-

beleceu, porque as entidades já estão notificadas de que terão que se pronunciar nesses dias. Se nós, agora, fizermos uma mudança, é totalmente contrário. Acho que anunciar e não fazer é muito pior do que não anunciar.

Era a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.ª

Eu pediria compreensão a esta Subcomissão. Está aqui, a Sr.ª assessora que foi referida como tendo feito a afirmação?

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não, perdão. A Sr.ª assessora se chama Dr.ª Sara Abraão. Quem deu esta informação foi a Dr.ª Sara Abraão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Secretário Sérgio, quem é que prestou a informação?

O SR. RELATOR (João Calmon) — Eu pensei que fosse a Dr.ª Sara Abraão a Coordenadora dessa área.

A SR.ª SARA FIGUEIREDO — Eu é que estou na Secretaria Legislativa.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não é mais a Dr.ª Sara?

A SR.ª SARA FIGUEIREDO — A Dr.ª Sara Abraão é assessora da Mesa.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Perdão, eu não sabia. Foi uma troca de sobrenomes.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Bem, mas a Sr.ª Sara Figueiredo está aqui conosco, e eu a consulto se ela fez a afirmação de que o dia seis de maio é a última data para ouvirmos entidades aqui na Subcomissão. Em caso afirmativo, qual é o dispositivo regimental que suporta essa informação?

A SR.ª SARA FIGUEIREDO — O problema é o seguinte: essas sugestões que estão referidas aqui são as que entram pela Câmara dos Deputados à Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, pela Mesa da Constituinte, que são numeradas, todas já estão no terminal com as emendas e vão ser feitos avulsos.

Agora, quanto à Comissão ouvir entidades, ouvir outras sugestões depois desse prazo, não há problemas maiores, não há regra proibitiva. Agora, dentro dos prazos aqui contados da apresentação do anteprojeto pelo Relator, continua nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós agradecemos a V. S.ª e compreendemos perfeitamente, porque havia aí um nome de Sara Figueiredo e de Sara Abraão, que fundamentou também a informação do nobre Relator João Calmon.

Penso que, com isso, nós podemos chegar a um entendimento e prosseguirmos os nossos trabalhos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Permita-me Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Relator João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Esta é uma das onze Subcomissões que trabalham na Assembléia Nacional Constituinte. Nós podemos prosseguir os nossos trabalhos normalmente em 24 Subcomissões. Não é uma decisão isolada de uma Subcomissão. É muito fácil apurarmos como é que vão proceder as outras Subcomissões, qual será o entendimento. De qualquer forma, o § 4.º do art. 17 admite também essa possibilidade: se não houver condições de redigir um relatório, o mesmo não será apresentado em nível de Subcomissão. Mas essa hipótese me parece extre-

mamente improvável, porque nós temos ainda vários dias para apurar como as outras 23 Subcomissões vão agir.

Então, é muito simples, ao invés de nós prolongarmos esse agradável debate, vamos saber exatamente como as outras vão atuar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Eu pediria a compreensão de V. Ex.^a, porque eu vou acatar aqui a sugestão do eminente Relator. Ele, que levantou o debate, sugere que o mesmo se encerre por ter chegado a uma compreensão.

Apenas abro a perspectiva de que se algum Constituinte discordar da decisão da Mesa, mesmo buscando informações em outras Subcomissões, poderá recorrer ao Plenário. E eu, com a maior humildade, acatarei, se a decisão da Subcomissão for diversa, ou seja, estou mantendo a decisão nos termos já enunciados, mas democrática e humildemente abro essa perspectiva ao nosso Relator que, em base a outras informações possa, em um outro momento, recorrer a esta Subcomissão da decisão, se outra for a decisão da Subcomissão, pois a terá cumprido democraticamente.

Agradeço a V. Ex.^a, eminente Relator.

Retomando o nosso trabalho anterior, estamos com algumas dificuldades no sentido de elencarmos as entidades da área cultural e personalidades. Por isso, vou repetir aquelas, cuja previsão para serem ouvidas é no dia 5 de maio, pela manhã. Pediria apenas que houvesse a compreensão de V. Ex.^{as} no sentido de que eu pudesse ler todo o rol para que, depois, houvesse o pronunciamento sobre o rol enquanto um todo, ou sobre destaques a serem discutidos em um outro momento.

Para o dia 5 de maio, pela manhã — Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, Nora Esteves — bailarina e Henrique Morelembaum — Maestro, Maria Luíza Noronha — Diretora da Escola Estadual de Danças do Rio de Janeiro, Fundação do Balé do Rio de Janeiro, Isaac Karabitschewsky, da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira e Fundação Roberto Marinho e Academia Brasileira de Letras, através de seu Presidente, Austregésilo de Athayde.

Então, esta seria a relação para serem ouvidos no dia 5 de maio pela manhã. Abro aí a possibilidade para pronunciamentos. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — O Professor Sólton Borges haveria sugerido a União Brasileira dos Escritores e a Câmara Brasileira do Livro, que considero sugestões muito boas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Constituinte Sólton Borges dos Reis, se entendi bem, sugeriu que pudessem ser ouvidas, via correspondência, para que trouxessem a sua contribuição. No entanto, pudemos ter, eventualmente, a discussão deste rol aqui apresentado e, se for o entendimento de que algumas destas entidades possam ser substituídas por estas outras, a Presidência está perfeitamente aberta a esta possibilidade.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — A minha sugestão era de que, dada a escassez evidente e angustiante do tempo, nós nos dirigissemos a determinadas instituições que não terão tempo de ser ouvidas e aí pode ser também incluída a Academia Brasileira de Letras e outras, com um telegrama ou telex dizendo:

“Comunico a esta instituição que se esgota no dia tal, o prazo para a Subcomissão receber sugestões sobre o capítulo referente à Cultura, etc.”

Acho que nestes termos seria melhor. Poder-se-ia fazer

uma avaliação dessas instituições. De qualquer maneira, uma parte delas — as mencionadas ou as não mencionadas — poderia receber este convite, porque assim se dirá que nós aproveitamos a contribuição e não se dirá que as ignoramos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois não. Agradecemos a V. Ex.^a e compreendemos isto na exata dimensão do seu enunciado. A única questão que há é que o Constituinte Florestan Fernandes referiu que a União Brasileira de Escritores, a Associação Brasileira de Imprensa e a Câmara Brasileira do Livro teriam sido enumeradas por V. Ex.^a, não para serem ouvidas através de telegrama, mas aqui, pessoalmente, através de representantes. A perspectiva que esta Presidência abre é que, ao discutirmos este conjunto de entidades, eventualmente se venha a substituir algumas delas e, em seu lugar, colocar uma destas aqui referidas.

Concedo a palavra ao Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, ilustres constituintes:

Examinando esta lista, nós observamos duas coisas. Em primeiro lugar, é que a grande maioria, realmente, é constituída por entidades oficiais.

Em segundo lugar, é que está prevista aí — como não esteve previsto no caso de Educação — a audiência pública a pessoas. No caso da Educação chegamos, inclusive, a examinar nomes, sugeri-los, e achamos melhor que isto ficasse para um dia posterior e não fosse incluído dentro de audiência pública. Parece-me conveniente que este mesmo critério fosse utilizado na área da Cultura e, para isto, sugiro ao Presidente que, no primeiro momento, discutisse isso com a Constituinte Márcia Kubitschek, no sentido de que as indicações pessoais não fossem ouvidas no momento das audiências públicas; que por critério utilizado pela Subcomissão foi reservado a entidades e, se possível, entidades não governamentais. Portanto, a minha proposta objetiva é de que não incluíssemos nas audiências públicas as sugestões de pessoas.

Em segundo lugar, desde que se adotou o critério por área da Cultura — e parece que esse foi objetivo — que esta Subcomissão mantivesse uma flexibilidade para que, no dia em que estivesse atendendo às entidades oficiais, fossem também ouvidas entidades não oficiais, que eventualmente aparecessem aqui para participar da audiência pública. Acho que isso não teria inconveniente, acima de tudo, na medida em que acredito que algumas delas poderiam, inclusive, trazer por escrito essas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Penso que é importante a sugestão que nos coloca o Constituinte Octávio Elísio, mas repito: esta Presidência precisa decidir este assunto. A questão é elementar. Estamos hoje no dia 25. Temos, nos dias 28, 29 e 30, audiências exclusivas para ouvirmos as entidades. Isso nos leva à necessidade de adotarmos aqui, hoje, uma decisão. Penso que eventualmente poderemos adotar esta decisão do Constituinte Octávio Elísio e, no lugar das personalidades, ouvirmos estas outras instituições aqui sugeridas. Só que esta Presidência quer colocar uma dificuldade objetiva: sobre as personalidades na área da Educação, temos os nomes e vamos tentar decidir alguma coisa hoje.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Faremos a mesma coisa com os nomes da Cultura, mas fora da audiência pública, que é o critério.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Há necessidade de explicarmos, para que possamos adotar estas decisões hoje, a razão pela qual havíamos incluído personalidades no dia de instituições, era o fato de o nosso calendário estar bastante apertado. Mas penso que esta

sugestão do Constituinte Octávio Elísio nos abriria a perspectiva de podermos acolher entidades como a União Brasileira de Escritores, a Associação Brasileira de Escritores e Câmara Brasileira do Livro para o dia 5, pela manhã, juntamente com as outras entidades, deixando de lado as personalidades, para as quais buscaríamos uma outra data, se possível.

O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO — Já tenho uma proposta objetiva para ser colocada. Primeiro, é o seguinte: esta Subcomissão faria qualquer sugestão de audiência individual a pessoas. Eu sugiro que a Subcomissão, ao invés de ouvi-las, envie uma consulta pedindo-lhes qualquer sugestão específica à Subcomissão no que se refere à Educação, Cultura e Esporte.

Segundo lugar: tendo em vista o curto prazo que temos, que se faça a seguinte consulta: são pessoas idôneas, competentes, que têm uma contribuição a dar. Esta Subcomissão gostaria de receber delas sugestões em termos do trabalho nosso, por escrito.

Terceiro ponto: ao se divulgar a agenda referente à área de Cultura, esta Subcomissão divulgasse estas que estão aí, e abrisse alternativas, no mesmo dia, a outras entidades que desejam apresentar as suas propostas que as encaminhem, nesses dias, à Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Por escrito?

O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO — Por escrito. Acho que se poderia, inclusive — se for o caso, se não houver um número grande delas — abrir a elas o espaço de apresentá-las oralmente. O que me parece importante é que estamos fazendo aqui as audiências referentes à área da Cultura. Vamos criar uma documentação que vai constituir a História da Constituinte nessa área específica. Parece-me extremamente precário que venhamos a ouvir apenas as entidades oficiais. É importante abrirmos um espaço para essas entidades, e a Subcomissão, inclusive, através da divulgação dessa agenda, procurasse divulgar que não recebemos solicitação de audiência de entidades ligadas à cultura popular, de entidades profissionais de artesãos, de artistas, etc. E que, por esta razão, a Subcomissão está aberta a receber solicitações de audiência dessas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Silva.

O SR. CONSTITUINTE PAULO SILVA — Quero fazer eco à proposta do Constituinte Octávio Elísio, porque entendo que é muito mais importante que ouçamos neste momento, as entidades que não são oficiais, porque os organismos oficiais, os conselhos normativos, já são do conhecimento de quem estuda o assunto, mas as entidades civis, que estão diretamente vinculadas à área de Cultura não o são. Por exemplo, o artesanato, que é da maior importância, não tem uma Confederação Nacional do Artesanato; há o Artesanato da Bahia, o Artesanato do Nordeste, etc., mas não há uma entidade. Então, abrir a possibilidade de que essas entidades venham aqui fazer as suas propostas, como a Associação do Televídeo de São Paulo, que é da maior importância, é um espaço que, eu entendo, precisa ser criado. O ideal é que nós tivéssemos tido acesso àquelas entidades todas que são cadastradas no Ministério da Cultura e selecioná-las pelas suas atividades. Mas com o prazo trabalhando contra nós, eu acho que o mais importante é que abramos a possibilidade de elas virem aqui apresentar suas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós agradecemos a V. Ex.^a, assim como agradecemos ao eminente Constituinte Octávio Elísio, e acatamos a sugestão. Parece que, com isso, temos condições de superar essa difícil situação.

Vamos reler, então, o nome das entidades que ouviríamos no dia 5 de maio; vou fazer pausadamente, para que se algum Sr. Constituinte quiser excluir algumas dessas entidades, que o peça. A observação ficará em destaque para, no momento, com a presença da Constituinte Márcia Kubitschek, podermos fazer as observações: Fundação Nacional Pró-Memória — aprovada; Fundação Casa de Rui Barbosa — aprovada; Fundação Joaquim Nabuco? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Sobre a Fundação Joaquim Nabuco, eu gostaria de falar. Sobre a Fundação Nacional Pró-Memória, todos nós temos bom conhecimento; sobre a Fundação Casa de Rui Barbosa, eu não sei qual é o alcance da experiência que esta instituição possui. Agora, a Fundação Joaquim Nabuco é uma instituição de grande envergadura que tem feito investigações importantes; tem um elenco de publicações na área da antropologia e poderá trazer uma contribuição fundamental. Então, acho que, nesse caso, essa instituição deveria ser convidada, e que se pedisse que uma pessoa — ou mais que uma — viesse aqui prestar colaboração. É claro que é uma entidade oficial, mas é uma entidade que tem trabalhado de forma séria e produziu um volume de trabalho de grande interesse científico.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Então, está aprovada a Fundação Joaquim Nabuco. Fundação do Balé do Rio de Janeiro — aprovada. Fundação Roberto Marinho — aprovada. Academia Brasileira de Letras — aprovada.

Sobre a mesa as indicações do Constituinte Sólton Borges dos Reis: União Brasileira de Escritores — aprovada; Associação Brasileira de Imprensa — aprovada; Câmara Brasileira do Livro — aprovada. Assim, estas são as entidades que ouviremos no dia 5 de maio, pela manhã.

No mesmo dia, na sessão das 17 horas, temos autorização da Presidência — e estava conosco também o nosso Relator João Calmon, quando ficou fixado o entendimento de que, a partir das 17 horas, as Subcomissões poderiam trabalhar, considerando que após esse prazo, houve o parecer de um jurista de São Paulo, Miguel Reale Júnior, no sentido de que quando se abre o prazo no plenário da Constituinte para a apresentação e debate das sugestões individuais dos Srs. Constituintes, é entendido como um prazo de debate que também pode ser utilizado nas Subcomissões. Por isso, nós proporíamos que, ao invés das 18:30, iniciássemos às 17 horas, que é uma hora regimentalmente já autorizada. E poderíamos, com isso, antecipar o horário de trabalho. Se não houver objeção de parte dos Srs. Constituintes, nós preferiríamos fazer às 17 horas, em vez de às 18:30, pois parece que isso amplia o nosso prazo de trabalho. Todos concordam? (Pausa.)

Então, no dia 5 de maio, às 17 horas, ouviríamos a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Conselho Nacional do Direito Autoral, o Sistema Nacional de Museus, o Fórum Nacional de Secretários de Cultura, a Confederação Nacional de Teatro Amador, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Sociedade Brasileira de Antropologia.

Vou reler agora, uma por uma, para ver se conta com a concordância dos Srs. Constituintes:

No dia 5 de maio, a partir das 17 horas na Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — aprovada. Conselho Nacional de Direito Autoral — aprovado. Sistema Nacional de Museus — aprovado. Fórum Nacional de Secretários de Cultura — aprovado.

Quem falou foi o Conselho de Secretários de Educação e o Constituinte Louremberg deve estar lembrado de que eu

referi aqui que havia recebido uma carta e um pedido para serem ouvidos.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, por último, Sociedade de Antropologia — aprovado para a reunião das 17 horas.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Louremberg Nunes Rocha .

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — E o caso postulado, hoje, da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois, agora, nós iremos tratar das audiências das 9 horas do dia 6 de maio, onde estamos pretendendo sugerir essa organização.

Peço escusas, porque estava escrita à mão, e eu a omiti nessa segunda oportunidade, a Cosfederação Nacional do Teatro Amador, que seria também ouvida no dia 5, às 17 horas. Já havia lido antes, só não li da segunda vez, quando estávamos aprovando individualmente o rol das entidades. Está aprovada.

Para o dia 6 de maio, às 9 horas: Fundação Nacional de Arte — Funarte, e temos aqui o Instituto Nacional de Artes Plásticas, o Instituto Nacional de Fotografia e o Instituto Nacional de Música. Fundação Nacional de Arte, a primeira; Empresa Brasileira de Filmes, a segunda; Conselho Nacional de Cinema, a terceira; Instituto Nacional de Arte Cênica, a quarta; Instituto Nacional de Folclore, a quinta; Instituto Nacional do Livro, a sexta; Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, a sétima, e o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional de Brasília — Senalbra, a oitava.

Vou reler, já com a intenção de podermos decidir. Repito que, se alguém quiser levantar questionamento sobre alguma entidade, para deixarmos para uma decisão posterior, manifeste-se, por favor, no momento da leitura do nome.

Fundação Nacional de Arte — Funarte — aprovada. Empresa Brasileira de Filmes — Embrafilmes — aprovada; Concine — Conselho Nacional do Cinema — aprovado; Inacen — Instituto de Artes Cênicas — aprovado; INF — Instituto Nacional do Folclore — aprovado; INL — Instituto Nacional do Livro — aprovado; Febab — Federação Brasileira da Associação dos Bibliotecários — aprovado; Senalbra — Sindicato dos Empregados de Entidades Culturais, Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional de Brasília — aprovado.

Pediria apenas à nossa Secretaria que, ao dar aquiescência para que o Senalbra preste aqui o seu depoimento, advertisse de que esta subcomissão gostaria de receber o seu depoimento da representação nacional considerando que o Senalbra tem representação em todas as unidades da Federação. Dito isto, fica aprovado o rol das entidades a serem ouvidas.

Segundo a sugestão do Constituinte Octávio Elísio, teríamos agora, na área da Educação a exposição dos Srs. Paulo Freire, Heitor Gurgulino de Souza, Guiomar Namo de Melo e Neidson Rodrigues. Na área do Esporte, havia sido sugerido, na primeira reunião, o nome de Edson Arantes do Nascimento. Na área da Cultura, tínhamos aqui a indicação de Nora Esteves, Henrique Morenlembau, maestro; Maria Luísa Noronha, Diretora da Escola de Danças, e Isaac Karabitchevsky.

A sugestão do Constituinte Octávio Elísio era no sentido de que a estas personalidades se escrevesse pedindo que enviassem a esta Subcomissão, por considerar a sua relevância nas áreas específicas, contribuição escrita se assim o desejassem, do texto constitucional e de suas sugestões nas áreas específicas.

Esta Presidência consulta os Srs. Constituintes se concordam em mantermos, em relação a estas personalidades, esta decisão? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Se o objetivo em relação a estas personalidades é apenas escrever, acredito que pudesse colocar na área esportiva o nome do Sr. Valé Perry...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — V. Ex.^a tem razão. Fui agora auxiliado pela nossa assessoria, incluindo aqui a sugestão que V. Ex.^a já havia feito, do nome do Sr. Valé Perry.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, gostaria de reforçar esta sugestão, acima de tudo pelo problema do tempo. Acho que o interesse nosso, se tivéssemos um calendário mais dilatado, que seria realmente de todo interesse para facilitar uma participação maior, gostaríamos de ouvir estas personalidades e, possivelmente, outras. Na impossibilidade disso, é que fiz a sugestão de que solicitássemos dessas pessoas, inclusive citando que elas haviam sido indicadas a participar do debate aqui conosco, a que enviassem a esta Subcomissão as propostas que, eventualmente, tenham para a área específica. Imagino que, se for conveniente, e dependendo das propostas que enviem, poderemos, na fase da discussão do anteprojeto apresentado pelo Relator, eventualmente trazer algumas dessas pessoas para uma discussão específica já dentro de uma proposta, de um texto específico. Então, a sugestão que apresentei à Subcomissão está basicamente presa ao fato de não termos tempo. E, por causa disso, pelo fato de que essas pessoas foram sugeridas, que as consultássemos por escrito.

Além disso, fizemos uma outra sugestão no sentido de que ao ser divulgada esta listagem que aprovamos para a Cultura, esta Subcomissão divulgasse também que ela estaria aberta a receber sugestões de outras entidades que, eventualmente, não tenham sido consultadas pela Subcomissão para audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Consultamos a Assessoria se foi feito contato no sentido de garantir aqui a presença de um jornalista para a divulgação dos trabalhos desta Subcomissão. (Pausa.)

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Quem manteve contato comigo foi uma funcionária do Senado, do Serviço de Divulgação, e não uma jornalista da imprensa falada, escrita e televisada. Uma funcionária do Senado, nada mais do que isto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Insistimos no sentido de que se oficie que esta Subcomissão solicita, para ter aqui, um assessor de imprensa para a divulgação dos trabalhos.

De qualquer forma, como não há manifestações em contrário à sugestão do eminente Constituinte Octávio Elísio, temos as sugestões como acatadas por esta Presidência. Solicitamos à Secretaria que, ao dar divulgação dos nomes das entidades a serem ouvidas, desse divulgação também de que aqui estaremos à disposição para re-

ceber das respectivas áreas, nos respectivos dias, as demais entidades que tenham a sua contribuição a trazer a esta Subcomissão.

Mais que isto: solicitamos que, nos termos da sugestão feita pelo eminente Constituinte Octávio Elisio, se oficie a essas personalidades aí referidas, do Esporte, da Cultura e da Educação, para solicitar suas sugestões nos termos aqui sugeridos por aquele Constituinte, com a urgência necessária para que possam receber a manifestação desta Subcomissão, e também o tempo necessário para sua resposta. Penso, então, que com isso, tenhamos decidido esse

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Tadeu França.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, além de apoiar a proposição do nobre Constituinte Octávio Elisio, com relação às consultas e obtenção de sugestões dessas personalidades, gostaríamos também de propor que além dos nomes que foram lembrados, que a agenda ficasse em aberto porque podem surgir nomes importantes. Agora há pouco, além do Jorge Amado, que não está na listagem, Gilberto Freyre, que não poderia provavelmente estar aqui, mas é um dos nossos vultos maiores em termos da Cultura brasileira.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de trazer uma preocupação com relação a um entrave que, historicamente, tem afetado e convivido com as manifestações artísticas e culturais. De acordo com as circunstâncias, com as variações do tempo, é que se tem marcado presença o instrumento chamado censura. Os motivos são os mais variados: obras de artes ou manifestações culturais e musicais. Todos nós temos conhecimento de como é que tem funcionado o mecanismo da censura. Então, gostaria de submeter à apreciação dos Srs. Constituintes que, talvez como um dos fechos, ou intercalado, como uma espécie de apêndice a uma das manifestações, que os responsáveis pelo mecanismo de censura — até mesmo porque vamos ter que enfrentar essa situação de um posicionamento em torno da permanência, ou da disciplina, ou da justificativa ou não de critérios em termos da censura nacional — razão pela qual trago esta inquietação.

Gostaria de ouvir a Presidência e os demais colegas, se possível, sobre a presença dos atuais responsáveis pelos mecanismos de censura, ou, pelo menos, de um deles, quais os critérios, o que tem sido a tônica, o que tem ocorrido, para que nós pudéssemos, através da discussão, criar opinião desta Subcomissão sobre a censura em termos de futuro, com relação à Cultura, à Arte, que são principalmente os alvos mais atingidos pela censura que está aí colocada.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.^a Parece realmente importante o assunto que V. Ex.^a traz. O que esta Presidência não sabe é se a questão da censura está sendo tratada em outras Subcomissões.

Concedo a palavra aos membros desta Subcomissão para, em conjunto — quem sabe — refletirmos e decidirmos sobre esta ponderação que nos apresenta o Constituinte Tadeu França. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Sr. Presidente, achei oportuna a observação do nobre Constituinte sobre a censura — esta que está até ameaçada de ser extinta, isto é, muitos querem que ela saia, inclusive, da Polícia Federal — que está muito discutida atualmente, mas que ainda prevalece pelo bom senso, sendo da norma constitucional e deveremos também fazer com que esta

censura possa vigorar na área da Educação, para preservar valores éticos, morais e até religiosos. É necessário que tenhamos alguém desta instituição aqui. Acho oportuno, mesmo independente de outras Comissões, mas que na Comissão de Educação, que é de formação, que é caráter, que é tudo de necessário para o desenvolvimento da personalidade, que haja também um representante aqui da censura, inclusive para debater o assunto que é de suma relevância, e muitas pessoas esperam de nós, os componentes desta importante Comissão. Que tenhamos, aqui, algo relacionado com a censura.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex.^a Indago dos Srs. Constituintes se há mais algum membro desta subcomissão que deseje se manifestar sobre este assunto? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Constituinte Louremberg Nunes Rocha.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Presidente, o Constituinte Antônio de Jesus lembra bem que a execução da censura está a cargo da Polícia Federal e de órgãos a ela vinculados. Mas, evidentemente, ela se relaciona com o exercício da Cultura e da Arte no Brasil. Tenho a impressão que nada impede que a sugestão do Constituinte Tadeu França seja acolhida, porque se vamos tratar aqui da forma de expressão da Cultura e da Arte, nada impede que tratemos também das formas que obstam essas manifestações, ainda que a execução dessa política não caiba, diretamente, à Educação. Mas, acredito que deve prevalecer aqui a oitiva de elementos que exercitam essas funções, hoje, para que esta Subcomissão possa opinar tecnicamente com relação ao exercício da censura no Brasil, independente de ter desde logo uma posição própria.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Informo a V. Ex.^{as} que a Assessoria está buscando esclarecimentos se há alguma outra subcomissão tratando do mesmo assunto.

Isto posto, pela manifestação feita agora pelo Constituinte Louremberg Nunes Rocha, esta Presidência também compreende que, pelo fato de outras subcomissões, eventualmente, estarem tratando do assunto, poderíamos também fazer alguma reflexão, algum debate, algum questionamento sobre este assunto aqui, nesta Subcomissão.

Percebo que, do trabalho já programado para o dia 8 de maio, temos, segundo o cronograma já pré-estabelecido, um tempo bastante disponível para efeito ainda de ouvirmos a área do lazer e a área do turismo.

Esta Presidência recebeu um telegrama da Embratur, no seguinte teor:

“Confirmamos participação Embratur, através seu Presidente João Dória Júnior, assim como das principais entidades de turismo na reunião da Subcomissão de Cultura, Esporte e Turismo da Assembléia Nacional Constituinte no próximo dia 7 de maio, às 9 horas e 30 minutos e às 12 horas e 30 minutos.”

Esta Presidência recebeu este telegrama. No entanto, não houve emissão de correspondência dando esta data. Estamos percebendo, aqui, que no dia 7 de maio temos Esporte e Turismo.

Consulto se já foram enviados ofícios convidando entidades ligadas à área do Esporte? (Pausa.)

Peço à nossa Assessoria que faça um contato com o Presidente da Embratur, João Dória Júnior, que assina este telegrama, no sentido de marcar esta reunião para o

período da tarde, às 17 horas do dia 7, ou às 9 do dia 8, porquanto a decisão do cronograma é de que teremos Turismo no período da tarde do dia 7 e, no período da manhã, do dia 8. Então, ou ouvimos o Dr. João Dória Júnior, e as entidades que dizem estar presentes no dia 7 de maio, no período da tarde, às 17 horas, ou no dia 8, às 9 horas da manhã.

A sugestão que esta Presidência faria é que, acertados estes esquemas em função apenas de mudança de horário, também pudéssemos — se for este o entendimento desta Subcomissão — acertar um horário para ouvirmos, aqui, esses órgãos encarregados da censura, no dia 8 de maio, no período da manhã, ou no período da tarde, às 17 horas.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, considerando as sugestões dos Constituintes Tadeu França e do prezado Antônio de Jesus, complementada pela do Constituinte Louremberg Nunes Rocha, gostaria de sugerir a S. Exas. que a censura eventualmente fosse convocada a vir a esta Subcomissão, na medida em que nós, da discussão de uma proposta objetiva constitucional, sentíssemos que a questão da censura está colocada de modo a que exigisse a presença dela para algum esclarecimento. Em outras palavras, como a questão da censura não diz respeito diretamente à Educação, Cultura e Esporte, mas apenas a uma ação do Governo em cima dessas áreas, a minha proposta é que, ao invés de convocá-la agora para debater junto com as entidades que vão trazer aqui propostas específicas dessa área, deixássemos para consultá-los ou, eventualmente, chamá-los aqui, no momento em que, discutindo o anteprojeto da Subcomissão, tivéssemos alguma dificuldade com relação ao problema do tratamento da censura nesta área específica.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Consulto o Constituinte Tadeu França se concorda com a proposta colocada pelo ilustre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, na realidade, confesso aqui a minha ignorância. Até hoje não consegui entender o funcionamento dos mecanismos de censura deste País em termos de passado e em termos de presente, numa razão da presença dos que exercitam a censura em nosso País. Por quê? Porque eles têm uma ligação direta, intensa e íntima com as manifestações culturais e artísticas de um modo geral. A meu ver, seria de suma importância, motivo por que reitero a posição no sentido de que venha e possamos contar com esta presença em termos de um debate em nossa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO — A proposta que havia feito, Constituinte Tadeu França, é no seguinte teor: até hoje vemos a censura essencialmente com o seu caráter repressor das manifestações culturais. Tenho a certeza de que a posição, tanto de V. Ex.^a como a dos dois Constituintes que o sucederam nas observações aqui, é no sentido de que se discutisse um outro tipo de censura, que certamente não é a policial, repressora de manifestações culturais, que persiste ainda colocando a censura dentro do Departamento de Polícia Federal.

É por causa disso que me pareceu conveniente que, ao invés simplesmente de trazeremos o órgão da censura aqui, discutíssemos primeiro qual é a visão que a Subcomissão tem em termos da área cultural, e como que uma eventual censura se colocaria dentro desta visão para que, aí sim,

viéssemos trazer à Subcomissão o Departamento de Censura, para colocar a sua posição e discutir com eles a nossa proposta específica.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Acho que a proposta do Constituinte Octávio Elísio, ainda que seja a ideal, praticamente não tem condições de persistir, pelo seguinte: pela sua proposta teríamos que, abstratamente, definir aquilo que poderia ser ou não objeto de censura. Na proposta Tadeu França, teríamos aqui alguém da censura explicando o mecanismo de funcionamento da censura, ou seja, nós veríamos a censura como se efetiva na prática. E, a partir daí, poderíamos ver meios e formas de impedir que ela funcione em determinadas circunstâncias, por exemplo.

Sabemos aqui — e acho que pouca gente conhece isso no Brasil — até em detalhes, a forma e os critérios utilizados por alguém da censura, por alguém que pratica a censura no Brasil ainda hoje. Será a forma mais adequada de podermos, na prática, efetivar e colocar qual é a posição desta Subcomissão com relação a isto.

Neste sentido, entendo que a sugestão Tadeu França é mais objetiva e mais prática.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex.^a Percebo que o Constituinte Octávio Elísio pretende retomar a palavra.

O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO — Acho que isto está mais ou menos claro, pelo fato de eu haver começado a falar. Mas eu gostaria de dizer, objetivamente, que não acho de nenhum interesse para nós — e acho que esse não é o interesse dos Constituintes que nos antecederam — ouvir a censura do jeito que ela se processa aí. Sabemos muito bem que quando era Ministro da Justiça o Constituinte Fernando Lyra, houve manifestação clara e definitiva de que a censura, como está, como estava e como continua, não era conveniente à consolidação da democracia. E ele propôs, inclusive, a um grupo que examinasse o funcionamento da censura e oferecesse proposta. Esta equipe nomeada por ele funcionou e elaborou um relatório.

Parece-me mais conveniente que, em vez de trazeremos aqui alguém que simplesmente tenha como objetivo a repressão policial das manifestações culturais, e não um ato de censura que, tenho certeza, é aquilo que os constituintes aqui pretendem, que solicitássemos ao Ministério da Justiça enviasse a esta Subcomissão o relatório deste grupo de trabalho nomeado pelo Ministro Fernando Lyra, a respeito do funcionamento da Censura Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Concedo a palavra ao Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Neste momento, eu diria até que a censura está ficando muito liberal. Há poucos dias tomei conhecimento de que foi liberada, inclusive, aquela peça terrível — eu diria, até demoníaca — chamada Teledeum — onde expõem ao vitupério inclusive valores morais da sociedade, valores religiosos, ao ponto mais baixo, que não dá nem para se dizer. Dizem que já foi liberada a peça, com poucas restrições. Mas quando é liberada com poucas restrições, vai na totalidade e vai, inclusive, colocar muita coisa que aprendemos nos nossos lares, na nossa família, sob o vitupério de uma desmoralização, inclusive dentro da censura.

É esta censura que realmente está aí, não tão repressora assim, mas esse caráter nosso seria até preventivo, para que se pudesse preservar ao menos algo que ainda vem sustentando — como eu disse — valores que devemos preservar na nossa comunidade brasileira.